

-----ATA N.º 9-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos vinte e seis de novembro de 2019, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, cuja ordem de trabalhos, após inclusão, nos termos do art.º 50, n.º 2 da Lei n.º 75/2013 de 12/09, e do art.º 55.º, n.º 2 do Regimento, dos assuntos que não foram discutidos na sessão extraordinária de 20 de novembro, passou a ser a seguinte:-----

- 1 - Proposta n.º 31/AM/2019 – Votos, moções e recomendações;-----
- 2 - Proposta n.º 51/CM/2019 - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2019 a cobrar em 2020;-----
- 3 - Proposta n.º 52/CM/2019 - Fixação da taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2019 a cobrar em 2020, a que os municípios têm direito em cada ano;-----
- 4 - Proposta n.º 53/CM/2019 – Autorização à Câmara Municipal de Torres Vedras, para lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2020, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas;-----
- 5 - Proposta n.º 54/CM/2019 - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2020, prevista na Lei das Comunicações Eletrónicas;-----
- 6 - Proposta n.º 60/CM/2019 - Documentos Previsionais para 2020 do Município de Torres Vedras - Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal;-----
- 7 - Proposta n.º 61/CM/2019 - Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2020 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----
- 8 - Proposta n.º 55/CM/2019 - Tomada de conhecimento da Prestação de Contas Intercalar da Câmara Municipal de Torres Vedras e dos Relatórios e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - 1.º Semestre 2019;-----
- 9 - Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 1/08;-----
- 9.1 - Proposta n.º 56/CM/2019 - Transição de pessoal para Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - Decreto – Lei n.º 57/2019 de 30/04;-----
- 9.2 - Proposta n.º 57/CM/2019 – Áreas Protegidas – Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21/08 – Tomada de conhecimento;-----
- 10 - Proposta n.º 58/CM/2019 - Autorização para empréstimo de médio prazo para financiamento da construção de ponte e rotundas integradas na variante A-dos-Cunhados, até ao montante de €1.100.000,00;-----
- 11 - Proposta n.º 59/CM/2019 - Atualização do plano de pormenor da área de aptidão turística

da Maceira e área envolvente por adaptação ao Programa da Orla Costeira – Alcobaça - Cabo Espichel (POC-ACE);-----

-----12 - Proposta n.º 62/CM/2019 - Autorização para concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de mobiliário urbano e exploração de fins publicitários; -----

-----13 - Proposta n.º 63/CM/2019 - Regulamento Municipal de funcionamento e participação no “Projeto Matriz” – Bolsa de Criação – Cruzamentos disciplinares em artes performativas. -----

-----14 - Proposta n.º 30/AM/2019 - Relatório Final da Comissão Eventual para o Ensino Superior em Torres Vedras. -----

-----15 - Proposta n.º 32/AM/2019 – Informação do Sr. Presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município; -----

-----15.1- Informação sobre competências delegadas: -----

-----15.1.1 - Proposta n.º 33/AM/2019 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 9/11/2018); -----

-----15.1.2 - Proposta n.º 34/AM/2019 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018);-----

-----Presidiu o Presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, Ana Isabel Ferreira Brandão, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins. -----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira e Cláudia Horta Ferreira. -----

-----O *Presidente da Mesa, José Augusto de Carvalho*, iniciou a sessão dando nota do reordenamento da ordem de trabalhos previamente distribuída, e colocou à consideração do plenário o pedido feito pelo Presidente da Câmara, ao abrigo do art.º 50, n.º 2, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, e do art.º 55.º, n.º 2 do Regimento, aditar o assunto “Designação do Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais”, que teve a anuência de todos os presentes.-----

-----Período Aberto à intervenção do Público:-----

VÁRIOS ASSUNTOS:-----

-----A *municípe Maria Luísa Gutierrez Salgado* começou por dizer que é residente na cidade há apenas 3 anos, mas o suficiente para questionar sobre algumas situações, assim:-----

Requalificação Urbana:-----

-----Questionou o que se passa com a ruína ao lado do Mercado Municipal e por quanto tempo mais continuar-se-á a ver aquela miséria, e também sobre os edifícios construídos mas devolutos, um deles em frente à Câmara, outro ainda por estrear na Rua Santos Bernardes e um outro colado à clínica veterinária do Dr. Rui Roque.-----

-----Assinalou que Torres Vedras é uma cidade com tanto potencial que só tem a ganhar em recuperar e avançar para o arrendamento ou mesmo para a criação de residências estudantis, pois está a meia hora e pouco do campus universitário de Lisboa, mas para isso tem de continuar a recuperar os edifícios antigos, medida que trará mais-valias para o comércio e para o turismo, e também trará nova vida para a cidade, devendo para o efeito celebrar mais parcerias com universidades e institutos, o que sem estruturas, será difícil.-----

Espaços abandonados:-----

-----Referiu que na cidade existem alguns espaços sem construção que parecem abandonados, vedados com tapumes, um deles na Rua 1.º de Dezembro, indagando se são privados ou camarários e se podem ser utilizados para construção.-----

Reposição de ecopontos:-----

-----Deu nota que na Rua Tenente Valadim existiu em tempos um espaço vedado para depositar papelão, papéis, revistas, jornais, mas depois de uma intervenção feita para a Feira Oitocentista, o espaço continua a existir mas esqueceram-se de colocar ecopontos azuis, para evitar o acumular deste tipo de resíduos, no local.-----

Pavimentação de ruas:-----

-----Apelou que a autarquia acabe com as ruas empedradas que ainda existem na cidade, as quais para além de serem perigosas pela sua imperfeição, são quase do princípio do século passado.-----

Acesso aos parques da cidade:-----

-----Apelou que a autarquia reveja a proibição de passear com os cães à trela pelos passeios nos parques do Choupal e da Várzea, dando nota que estão a pouco mais de 40 km de Lisboa onde não existem proibições nos jardins, existindo mesmo um parque para cães no jardim do Campo Grande. -----

-----Nesta sequência manifestou-se chocada com a votação da bancada do PS à recomendação apresentada pelo deputado do BE precisamente sobre esta matéria, entendendo que é uma posição política, mas dececionante. -----

-----Disse que gostaria de ser informada pelo Presidente da junta de Sta. Maria, S. Pedro e Matacães se terá de continuar a pagar a licença pela sua cadela, o que perante tais obstáculos não lhe parece justo. -----

-----Por último colocou à consideração do plenário se valerá a pena continuar com as campanhas de adoção para aliviar a população dos canis, uma vez que são encarados como um elemento da família, que custa deixar para trás com determinações tão retrógradas e culturalmente anacrónicas. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse partilhar as preocupações da munícipe. -----

-----Nesse sentido informou que na reunião que teve hoje com o promotor do edifício ao lado do mercado municipal, soube que do lado do gestor da insolvência há luz verde para avançar com este processo que é altamente complexo, fazendo votos que durante o ano de 2020 a obra possa ser retomada e volte à normalidade. -----

-----Quanto aos espaços abandonados e no que se refere à Rua 1.ª Dezembro informou que se trata de um espaço privado, cabendo ao proprietário a sua gestão, contudo a autarquia possui instrumentos para o notificar, tendo em conta o estado do imóvel. -----

-----No que diz respeito ao Ecoponto tomou a devida nota para melhorar neste aspeto. -----

-----Sobre os pavimentos de calçada, sabe que os passeios não estão nas melhores condições assim como a via para a circulação automóvel, mas assegurou que de acordo com os planos de investimento aprovados, promovem melhoramentos a cidade. -----

-----Relativamente aos caninos, informou que já existe na cidade um parque para circularem com os seus donos. -----

-----Pensa que se trata de um processo que carece de tempo e de alguma sensibilização cívica para poderem aumentar as áreas onde se possa ter uma relação com os animais mais amistosa. --

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

CENTRO HISTÓRICO: -----

-----O **Munícipe Jorge Manuel Soto Mayor da Costa**, teceu algumas considerações sobre alguns problemas, pois entende que no concelho, assim como no país continua a ser fácil ignorar as pessoas silenciosas, e são muitas, se tiverem em conta 50% de abstenção eleitoral, mas também

é fácil ignorar quem fala, quem questiona e quem exerce cidadania ativa.-----

----Assim, lembrou que ainda não recebeu as informações solicitadas à Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

----Lembrou também que tem vindo a alertar para a desertificação do centro histórico que ganhou agora um novo aliado com a implementação das ciclovias, que considerou de “patacoada” e de “ação estúpida, patética e desesperada”, que veio dar mais visibilidade à dificuldade das pessoas chegarem a esta zona da cidade, razão pela qual faltam pessoas.-----

----O **Presidente da Câmara** disse que são cidadãos e seres humanos, cada um com a sua missão, sendo a dele presidir a Câmara de Torres Vedras, da qual tem um orgulho enorme, e o munícipe, como empresário torriense, também deve ter orgulho no seu percurso.-----

----No que se refere às políticas pública, afirmou que têm cooperado com os empresários, associações e concidadãos do concelho, para encontrar soluções para os problemas existentes, julgando que têm provas dadas nesse sentido, num caminho que vão fazendo.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TRANSPORTES PÚBLICOS PARA LISBOA:-----

----O **munícipe Pedro Pisco** disse que desta vez não vinha falar sobre as desigualdades a que estão sujeitos em comparação com a Área Metropolitana de Lisboa, mas das más condições em que este serviço lhes é prestado.-----

----Assim deu nota que utiliza para Lisboa uma carreira direta em horários diferenciados, não apanhando à ida ou no regresso, sempre o mesmo autocarro nem o mesmo horário, e existem vários autocarros onde os passageiros nem sequer podem viajar de pé, funcionam com bancos partidos, vão sempre lotados nas horas de maior fluxo, o que, para além de desconfortável, coloca em causa a segurança dos passageiros.-----

----Deu nota ainda que há cerca de duas semanas, no final de uma viagem de Torres Vedras para Lisboa, ao questionar o condutor do veículo com matrícula 80-SC-04 se sabia das condições em que estava a transportar os passageiros, obteve como resposta que desconhecia e que não conduz sempre o mesmo autocarro.-----

----Considerou que o condutor ou mentia sobre esta situação à qual, certamente, é alheio em termos de responsabilidade, pois trabalha para uma empresa privada e tem que fazer o que lhe mandam, ou nem sequer vistoria a viatura em que vai pegar todas as manhãs, o que lhe parece grave.-----

----Nesta sequência questionou o que a Camara Municipal pretende fazer acerca deste assunto, como autoridade de transportes, embora delegada na OesteCIM, tendo em conta que estão num período de renegociação dos contratos de concessão dos transportes públicos.-----

----O **Presidente da Câmara** solicitou que o munícipe o informasse o dia e a hora em que

circulou no autocarro, uma vez que irão oficial o operador evocando os problemas que citou. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RESTRUTURAÇÃO DAS CICLOVIAS: -----

-----A **munícipe Carla Filipa Guerreiro Farinha** começou por referir que, tendo em conta que os velocípedes detêm pouca estabilidade, são sensíveis ao estado do pavimento, aos eventos rodoviários e às condições meteorológicas, os mesmos estão numa situação de perigo constante podendo levar a acidentes gravíssimos, sendo necessário e fundamental que existam vias específicas, devidamente criadas.-----

-----Deu nota ainda que com base em diversos estudos e nas regras do IMTT, é considerado um requisito de maior importância as cicloviias estarem em consonância com as redes destinadas a outros modos de transporte-----

-----Anotou também que muitas das cicloviias não cumprem este requisito principalmente em relação as situações de interseção visto que não existe sinalização. -----

-----Assim e apesar da marcação das cicloviias corresponder na maior parte das situações aos parâmetros mínimos obrigatórios, existem diferentes estratégias que deveriam ter sido consideradas e que são benéficas para a prevenção de acidentes.-----

-----Referiu-se concretamente a balizas flexíveis, canteiros ou existência de um passeio, que foram muito pouco aplicadas sendo exemplo disso a ciclovia junto à Escola Madeira Torres que é ocupada pelos carros de pais que ali param para deixar os seus filhos. -----

-----Face ao exposto questionou se estas situações vão ser tomadas em conta e se irá ser feita uma reestruturação, tornando as cicloviias mais seguras de forma a prevenir acidentes, melhorando e incentivando a mobilidade. -----

-----Também sobre as cicloviias pronunciou-se o munícipe **António Paulo Veloso Martins Bento** para questionar se um futuro executivo camarário entender alterar o que foi feito agora na cidade, que constrangimentos legais existem em relação aos protocolos que foram feitos com os fundos comunitários. -----

-----O **Presidente da Câmara** agradeceu intervenção positiva do munícipe, lembrando que o município tem dois instrumentos estratégicos aprovados pelos órgãos executivo e deliberativo segundo os quais têm que implementar de um conjunto de projetos, sendo na transição do passar do papel à ação que se vê que há intenções excelentes, mas que têm de ser corrigidas.-----

-----Quanto ao facto de a ciclovia ser utilizada indevidamente, agradeceu o alerta no sentido de poderem fiscalizar melhor para que as pessoas que andam de bicicleta tenham segurança máxima.-----

-----Respondendo ao munícipe Paulo Bento informou que em função dos investimentos não podem mexer nos projetos entre 5 a 10 anos. -----

-----A Assembleia Municipal Tomou conhecimento.-----

OBRA AO LADO DO MERCADO MUNICIPAL: -----

-----O munícipe **António Paulo Veloso Martins Bento** disse que há um conjunto de cidadãos que têm muito dinheiro investido na obra em causa, por culpa própria pois não salvaguardaram a documentação necessária do ponto de vista legal, mas não deixam de ser cidadãos torrienses que confiaram no promotor da obra, como a autarquia confiou, sem que ficassem asseguradas penalizações.-----

-----Recordou que não houve penalizações aquando das sucessivas transferências de promotores, e que apesar de já ter sido anunciado que ali funcionaria uma unidade de saúde familiar, a obra continua parada e os que ali investiram verão os seus investimentos serem altamente penalizados.Sendo a responsabilidade do promotor da obra, não deixa de ser grave para a câmara municipal que era e é detentora do terreno, pelo que tem responsabilidades acrescidas.-----

-----Assim gostava de ser informado do ponto da situação, dos passos previstos e das penalizações que eventualmente existem para o que não foi contratualizado dentro dos prazos estipulados.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROJETO MATRIZ - BOLSA DE CRIAÇÃO – CRUZAMENTOS DISCIPLINARES EM ARTES PERFORMATIVAS: -----

-----O **munícipe Rui Ibañez Matoso** disse que vinha ao plenário para falar do ponto 13 da ordem de trabalhos para deixar a sua recomendação enquanto cidadão torriense e especialista em políticas culturais.-----

-----Em primeiro lugar referiu que este programa de apoios se constitui como uma boa medida no âmbito do desenvolvimento das artes performativas e corresponde de facto a uma exigência da democracia cultural.-----

-----Depois disse que em sede de consulta pública enviou a sua proposta relativamente ao art.º 5.º (Comissão de Apreciação e Avaliação), pois considerou, para além de senso comum e racionalidade política democrática, ser ilegal e inconstitucional que o Vereador da Cultura do Município de Torres Vedras integre a Comissão de Apreciação, exponho as suas razões com base no art.º 43.º da CRP.-----

-----Disse ainda não poder aceitar nem compreender que esta proposta de regulamento tenha sido aceite pelo diretor do Teatro-cine, João Garcia Miguel, reconhecido pelo seu pensamento vanguardista.-----

-----Espera que Assembleia Municipal não aprove o regulamento sem a alteração do seu art.º 5.º ou seja que não integrem no júri elementos de órgãos políticos municipais, pela razão óbvia de

que não pode haver apreciação estética por parte de governantes, sob pena de os resultados serem influenciados pelo exercício de um poder arbitrário ou por outras razões de índole instrumental. -----

----Concluiu dizendo que caso este regulamento seja aprovado sem alterações, será mais uma humilhação a pairar sobre este município e sobre esta cidade que perfaz 40 anos, quando o presidente da câmara não se cansa de o repetir em público, se quer sustentada em práticas de excelência. -----

----O **Presidente da Câmara** agradeceu a intervenção, lembrando que estão em democracia e foram sufragados por todos os torrienses, produzindo os regulamentos que fazem o seu percurso em termos de executivo e deliberativo, e que a seu tempo serão revistos em caso de necessidade.

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

VÁRIOS ASSUNTOS:-----

----O **munícipe João Gomes**, através da voz do munícipe Pedro Norberto, disse ser presidente da Federação Mundial de Línguas Gestuais, cidadão surdo e um expert na área das acessibilidades das pessoas que não ouvem, há 40 anos. -----

----Disse ainda que já reuniu com o Presidente da Câmara, e com os vereadores Laura Rodrigues, Ana Umbelino e Cláudia Ferreira, mas como até agora não conseguiu resolver nada veio chamar atenção do seguinte:-----

----Nítida falta de iluminação noturna na via pública, que é fundamental para os surdos à noite. ---

----Falta de acessibilidades para surdos no concelho de Torres Vedras, há anos;-----

----Falta de verba de apoio a atividades para crianças nas escolas;-----

----Falta de intérpretes de língua gestual para a assembleia municipal; -----

----Falta de apoio de transportes escolares dos 2 até aos 5 anos; -----

----Falta de apoio ao “199 pulseira inteligente” que é uma pulseira braille; e -----

----Falta legenda em português no vídeo do *facebook*. -----

----O **Presidente da Câmara** informou que tem respondido ao munícipe sempre que recebe os seus *mails* e hoje também já tomou a devida nota. -----

----No entanto adiantou saber que há aspetos na iluminação da via pública que têm que melhorar.

----Quanto aos transportes para as crianças disse não ter qualquer referência solicitando que lhe faça chegar por escrito, pois pode contar com a câmara municipal que tem apoios sociais específicos que podem ser canalizados. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----Período Antes da Ordem do dia.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

----O primeiro secretário, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido

numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro de atas.---

-----Anota-se que foram numerados cinco documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1: -----

-----Ofício número 7796, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 25 de novembro, a remeter esclarecimento prestado pelas Infraestruturas de Portugal sobre a Modernização da Linha do Oeste. -----

DOCUMENTO 2: -----

-----E-mail, do Grupo Parlamentar do PCP, de 25 de novembro, a remeter para conhecimento pergunta dirigida ao Senhor Ministro de Estado e das Finanças pela sua deputada Paula Santos, sobre “devolução do imposto municipal sobre transmissões”. -----

DOCUMENTO 3: -----

-----E-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, de 21 de novembro a enviar para conhecimento, projeto de resolução n.º 51/XIV/1.ª avaliação da aplicação da Lei n.º 69/2014 de 29/08, sobre criminalização de maus tratos a animais, proteção aos animais e alargamento dos direitos das associações zoófilas. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 4: -----

-----E-mail da junta da União de Freguesias de Dois Portos e Runa, de 26 de novembro a informar que o seu presidente João Tomaz, por motivos de doença, será substituído pela secretária Ana Brandão. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência. -----

INTERVENÇÃO NO PAOD DE 20 NOVEMBRO:-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques*, esclareceu que a sua intervenção na última sessão extraordinária, se referiu não ao titular mas à descentralização das secretarias de estado, tal como foi anunciado para Braga, Bragança e Santarém.-----

-----Relativamente aos convites, tentou deixar o contributo positivo no sentido de alertar que aparece muitas vezes o nome antes do cargo, assim como no site da autarquia. -----

-----O **Presidente da Câmara** agradeceu a intervenção do deputado para melhorar o protocolo.---

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECOMENDAÇÃO - PELA JUSTA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS COMPENSATÓRIAS:-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto*, questionou se o grupo municipal do PSD estava na disposição de apresentar/melhorar a proposta da distribuição das receitas das eólicas pelas freguesias, onde estão instaladas. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que o PSD se mantém atento a esta questão e

pretende voltar à mesma com uma proposta mais elaborada, até porque assistiram agora a transferência de competências para as juntas de freguesias e talvez possam incluir outras verbas, eventualmente as receitas da publicidade.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SUSPENSÃO DO MANDATO:-----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* questionou o presidente da câmara se não considera que seria boa altura para suspender o mandato, a fim de esclarecer convenientemente perante a justiça os problemas ou as questões que lhe têm sido suscitadas e se não acha que o início do novo ano seria uma boa altura para o município e até para melhor se poder defender, longe das funções exigentes que desempenha, quer no executivo municipal quer na OesteCIM.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MARCA /ALOJAMENTO LOCAL /ESCOLAS:-----

----O *deputado municipal António Carneiro* disse ter ouvido com muito agrado o edil referir que algumas escolas poderão ser adaptadas para alojamento local, sugerindo que se pudesse pensar na criação de uma “marca” para uma gestão integrada dessas unidades, eventualmente pela empresa municipal Promotorres, E.M. em conjunto com as juntas, com vista à sua operacionalização.-----

----O **Presidente da Câmara** concordou que pode ser criada uma marca em torno de uma oferta diferenciadora a nível das unidades de hospedagem.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONCERTO COMEMORATIVO DOS 40 ANOS DE CIDADE - CARMINA BURANA:-----

----O *deputado municipal António Carneiro* felicitou o município e os torrienses que compareceram em massa no concerto em título, o qual considera o momento musical mais espantoso que assistiu em Torres Vedras, que o surpreendeu pela qualidade dos artistas, e que vai ser difícil de superar, mas espera que quando se comemorar os 50 anos, isso aconteça.-----

----O **Presidente da Câmara** deixou uma palavra de agradecimento, estímulo e consideração às 261 pessoas que passaram pelo palco, quase todos voluntários e que se traduziu num momento único para o concelho.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CIDADANIA:-----

----O *deputado municipal António Carneiro*, disse ter ficado muito entusiasmado com o anúncio de uma disciplina de educação de cidadania, mas desapontado porque teve conhecimento que é facultativa.-----

----A *deputada municipal Rita Sammer* informou o colega que a educação da disciplina em causa é obrigatória para os 2.º e 3.º ciclo, podendo no secundário constituir-se como uma disciplina ou

como uma área transversal, sendo esta uma decisão da escola. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PASTÉIS DE FEIJÃO: CERTIFICAÇÃO:-----

----O *deputado municipal António Carneiro* questionou qual o ponto de situação deste processo.

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REUNIÃO 30 SETEMBRO – ULTIMO PONTO - DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

----O *deputado municipal António Carneiro* referiu-se ao final da discussão do ponto em que se discutiu a proposta feita pela autarquia para a transferência anual de recursos financeiros para a freguesia da Ponte Rol, em que se registaram momentos desagradáveis e em que fez uma declaração de voto após uma intervenção da deputada municipal Marta Geraldês. -----

----Deu nota ainda que a sua intervenção foi feita, porque se lembrou das palavras que a colega proferiu na sessão solene do 25 de abril de 2018 onde citou “Quando deixam que os pais e avós continuem a querer decidir o futuro do país, quando o futuro são os jovens; Quando em vez de darem voz ao potencial jovem deste país, insistem em dar ouvidos a quem já deu o que tinha de dar a este país, envelhecendo as próprias instituições portuguesas” e que considerou de infelizes.

----Tem dado ao longo da sua vida, o melhor pelo município e não gostou de ouvir então estas palavras, assim como não gostou da sua intervenção na penúltima reunião.-----

----Espera que a deputada municipal não lhe guarde rancor e que continuem amigos.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

DIA INTERNACIONAL DA NÃO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:-----

----O *deputado municipal João Rodrigues* em nome do partido que representa saudou o dia 25 de novembro, em que se comemora o dia internacional em título.-----

----Deu nota que muitas mulheres saíram à rua em várias cidades do país para se insurgirem contra a violência machista de que se é alvo em Portugal. -----

----Relembrou que nos últimos 15 anos foram assassinadas 500 mulheres em contexto de violência doméstica em várias cidades portuguesas, sendo que este ano já morreram 30, uma das quais em Torres Vedras.-----

----Frisou que os dados são alarmantes principalmente quando se sabe que em metade dos casos já existia uma denúncia e que a maioria das queixas apresentadas são arquivadas, sendo que nos raros casos em que é atribuída uma sentença, esta traduz-se em penas suspensas. -----

----Acha que está na altura de Portugal assumir que a violência doméstica é o maior problema de segurança interna do país.-----

----O *Presidente da Câmara* agradeceu as palavras do deputado, dando nota que o município tem alguns programas neste domínio. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

DIA MUNDIAL DA LUTA CONTRA A SIDA – 1 DE DEZEMBRO:-----

----O *deputado municipal João Rodrigues*, em nome do BE exaltou o dia 1 de dezembro que foi instaurado há 30 anos pelas Nações Unidas, cujo objetivo é chamar a atenção para a doença e a realidade nacional, bem como discutir iniciativas para diminuir o número de infetados, promover a realização do rastreio e diminuir o estigma para com aqueles que vivem com a doença, pois a sida é atualmente uma doença crónica, sendo possível levar uma vida saudável. -----

----Em Portugal, de 1983 a 2017 foram identificados 57.574 casos, dos quais 14.500 perderam a vida e em 2017 morreram 261 pessoas com o vírus e foram reportados 886 novos diagnósticos de VH dos quais 142 evoluíram para Sida. -----

---- Assinalou que os rastreios são importantes para evitar a transmissão da doença e em Portugal cerca de 90% das pessoas que vive com a infeção estão diagnosticadas e cerca de 85% está em tratamento.-----

----Destacou ainda que o grupo etário com maior número de casos é 25 a 29 anos e que algumas iniciativas interessantes têm sido adotadas por vários municípios como “Cidades na via rápida para eliminar o VH/Sida”, que nasceu em 2014 e envolve várias medidas com o compromisso de erradicar a doença até 2020. -----

----Sendo o rastreio precoce tão importante em doenças sexualmente transmissíveis, gostaria de ver o município de Torres Vedras a adotar uma estratégia consistente para o tema, promovendo rastreios e assumindo a educação sexual como prioridade.-----

----O **Presidente da Câmara** informou que existem instrumentos a nível nacional e municipal para continuar esta luta. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AGÊNCIA INVESTIR TORRES VEDRAS:-----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* questionou se o edil já tinha na sua posse o balanço referente aos primeiros meses de atividade da agência em título. -----

----O **Presidente da Câmara** disse que os dados são positivos para o primeiro semestre e fará chegar o relatório à Assembleia Municipal, dentro de 15 dias.-----

----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

CICLO DE CONFERÊNCIAS OESTE – “A DESCENTRALIZAÇÃO E UMA VISÃO PARA O FUTURO DA SAÚDE NO OESTE”:-----

----A *deputada municipal Manuela Pacheco*, interveio no sentido de dar nota da conferência em título que teve lugar no dia 23 de novembro. -----

----Começou por lastimar a pouca participação neste que é um tema relevante do programa do novo elenco governamental e no qual todos se devem envolver. -----

----Considerou ser fácil criticar o espírito visionário das autarquias que prontamente acedem e

integram a delegação de competências, mas dá trabalho resolver os verdadeiros problemas das populações. É melhor comodamente delegar no poder central e na saúde como em muitos outros setores quando a proximidade dos cidadãos dá-lhes o conhecimento dos seus verdadeiros problemas e a capacidade para os tentar resolver. -----

----Questionou de que serve constatar que os centros de saúde não funcionam ou não há médicos de família e de que serve afirmar que as listas de espera do CHO aumentam e não resolvem as necessidades dos nossos concidadãos. -----

----Têm de apresentar soluções, situações concretas e envolver todos os recursos que a autarquia dispõe e os recursos passam por uma interdisciplinaridade entre o setor da saúde com todos os profissionais envolvidos do setor público e do privado, sempre com a pessoa com doença no centro. -----

----Pensa que com interligação entre todos e coordenação, conseguirão trazer de volta a saúde ao Oeste. -----

----Têm de apostar na prevenção da doença e evitar o desperdício, referindo-se não só à duplicação de atos médicos isolados como ainda ao desperdício de recursos humanos existentes que não são utilizados. -----

----Deu nota ainda que na conferência foram apresentados dados concretos que espelham um futuro difícil por força de um aumento de esperança de vida que querem com qualidade e querem prever a curto e médio prazo uma estratégia a utilizar para proporcionar aos oestinos aquilo a que têm direito. -----

----Por último disse que o acesso à saúde é o maior bem que uma autarquia pode proporcionar aos seus munícipes e a falta de adesão talvez reflita falta de consciencialização e já que a câmara municipal aceitou, num espírito visionário, a delegação de competências sem esperar por imposições ou cumprimentos legais e apelou para que todos em conjunto contruem um programa local envolvendo todos os parceiros da saúde, certa que os frutos darão uma colheita abundante e os cidadãos terão maior e melhor apoio. -----

----O **Presidente da Câmara** fez notar que se trata de um ciclo de conferências que permitirá em três sessões trabalhar a temática em causa na região e em Torres Vedras em particular, que considera prioritária nos vários domínios, agradecendo as palavras da deputada municipal. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

FREGUESIA DA PONTE DE ROL – VALOR DAS TRANSFERENCIAS ANO DE 2020: -----

----O *presidente de junta da Ponte do Rol, Pedro Vasa*, lembrou que na passada reunião questionou sobre o valor da atualização para o ano de 2020, e tendo em conta a resposta recebida e como não têm condições logísticas para receber as transferências com o valor proposto pela câmara municipal, questionou novamente uma vez que já o fez por mail e não obteve resposta. ----

-----O **Presidente da Câmara** respondeu que não havendo transferência de competências para a freguesia da Ponte Rol, o valor que é atribuído hoje é para manter. -----

-----O **autarca Pedro Vasa** agradeceu a resposta, e disse haveria no plenário pessoas satisfeitas pela equidade demonstrada, ficando à espera para ver a posição do colega António Carneiro. -----

-----Disse ainda achar lamentável que a receita de IMI tenha duplicado de 2010 à data e que as transferências para juntas não tenham sido atualizadas desde 2006. -----

-----A equidade tanto falada esvai-se desta forma direta, atento o facto de o edil já ter dito que haveria um aumento para o ano de 2020 e agora diz o dito por não dito. -----

-----Também sobre esta questão pronunciou-se a **deputada municipal Rita Sammer** considerando falta de consideração por esta freguesia cujos munícipes são tão torrienses como todos os outros, exceto pelo facto de terem um presidente de junta que é do PSD, o que considerou lamentável.-----

----- O **Presidente da Câmara** respondeu que se orgulha de tratar todos os presidentes de junta de igual modo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CICLISMO VAI À ESCOLA:-----

-----Relativamente ao projeto em título direcionado aos alunos do primeiro ciclo, numa parceria com a Confederação de Ciclismo, Promotorres e a OesteBike a **deputada municipal Teresa Oliveira**, questionou como surgiu a OesteBiKe como parceiro uma vez que se trata de um estabelecimento comercial. -----

-----O **Presidente da Câmara** disse que se trata de uma iniciativa se engloba no projeto social da empresa, sem encargos para a autarquia. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ILUMINAÇÃO PÚBLICA:-----

-----A **deputada municipal Teresa Oliveira** disse ter ficado agradada pelo reconhecimento do edil que a iluminação pública é má, o que o grupo municipal do PCP já tinha alertado. -----

-----O **Presidente da Câmara** deu nota que tem conhecimento que há situações a melhorar, as quais estão a ser avaliadas por uma equipa técnica.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SERVIÇOS DE SAÚDE NO CONCELHO:-----

-----Relativamente à referência feita pelo edil no passado dia 20 de novembro de que Torres Vedras era 4.ª cidade no país na prestação de serviços de saúde a **deputada municipal Rita Sammer** recomendou mais cuidado na leitura de dados e na procura de fontes.-----

-----Achou importante lembrar que o serviço de urgência de pediatria da unidade de Torres Vedras esteve encerrado no dia 2 de novembro, continuam com graves problemas no hospital e com um elevado número de cidadãos sem médico de família.-----

-----Disse ainda que essa referência, que incluía as unidades de excelência privadas existentes no concelho os deve orgulhar, mas também os deve levar a refletir que pode ser um pouco ofensivo, já que nem todos têm acesso. -----

-----Há muito trabalho a fazer e existe uma comissão de saúde da assembleia que continua a trabalhar e deve haver algum cuidado no discurso.-----

-----O **Presidente da Câmara** disse que a sua alocução teve a ver com o facto de Torres Vedras se posicionar através do SNS e entidades privadas no território como um dos principais *clusters* na área da saúde em Portugal. -----

-----Sabe que há caminho a fazer, há insuficiências no hospital e nas unidades de saúde, mas estão muito determinados e tem feito muito trabalho, que não é visível, com esse fim.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* fez notar que Torres Vedras tem um *cluster* de saúde, mas é só para alguns e objetivamente não conhece medidas que fomentem a coesão nesta questão, o que devia ser pensado para que os discursos não sejam ociosos e cujo conteúdo fica sempre por estimar e perceber.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREIXOS – RUA LEAL D´ASCENSÃO: -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, reportou-se à retirada dos freixos, que foram recentemente substituídos por árvores de Júpiter, dando nota ter reparado que os jardineiros usaram como objeto para medir a profundidade um balde, técnica que desconhece, questionando se não seria de bom tom ter um técnico mais qualificado da área a acompanhar a plantação destas árvores. -----

-----O **Presidente da Câmara** assegurou que os técnicos da autarquia estão a acompanhar todo o processo. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ACESSIBILIDADES - COMÉRCIO TRADICIONAL - ILUMINAÇÃO DE NATAL: -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* alertou que o Hospital de Torres Vedras já tinha problemas suficientes designadamente nas suas urgências para que o Executivo Municipal decidisse juntar-lhe mais um, referindo a acessibilidade na Rua Dr. Ricardo Belo, questionando o que fazer se tiver uma viatura em marcha de urgência atrás da sua. -----

-----Lembrou que estão a menos de um mês do Natal e não têm iluminação de natal ao contrário de outros municípios limítrofes e outros empreendimentos comerciais privados. -----

-----Frisou que se se gasta dinheiro, e bem, para ajudar o comércio tradicional então que se usufrua do dinheiro gasto o mais tempo possível para se rentabilizar o investimento que se faz. ----

----- Alertou que o centro da cidade está sem pessoas de dia e de noite e aquilo que era o constrangimento automobilístico habitual do Choupal neste momento está em todas as entradas e

saídas da cidade.-----

----Na sequência desta intervenção a *deputada municipal Marta Gerald* assinalou que de facto a mobilidade na cidade está pior em várias artérias, daí ter feito todo o sentido criar uma comissão na assembleia municipal.-----

----Chegar ao centro da cidade é um inferno e depois de ter sido fechado a rua que dá acesso ao Largo S. Pedro por razões ambientais, questionou se existe algum estudo que comprove que os níveis de poluição estão mais baixos neste largo, mas também se estão mais altos da zona do Choupal até à rua do “Mercado da Carne”, onde o trânsito fica parado muito tempo. -----

----O *deputado municipal João Gomes* inquiriu se está previsto o encerramento de mais alguma artéria na cidade ao trânsito automóvel e em caso afirmativo qual e para quando.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que os serviços vão começar a instalar a iluminação de natal no dia 29 de novembro, uma vez precisam de duas semanas para encerrar as Festas da Cidade, e não possuem mais equipas para o efeito. -----

----Disse ainda que está a ser criado um mito urbano em relação à mobilidade, para o qual não vão contar com o presidente da câmara, que está a implementar os instrumentos estratégicos aprovados pelos dois órgãos da autarquia, seguindo as diretivas comunitárias no que se refere à descarbonização do território e não estaria a ser um bom gestor se não contribuísse para se adaptarem às alterações climáticas.-----

----No que se refere às medições da qualidade do ar, informou que estão a ser feitas ciclicamente em vários postos na cidade. Entre outras foram feitas medições no Largo de S. Pedro e junto ao Terminal Rodoviário.-----

----Por último informou que irá haver condicionamento de trânsito de acordo com o projeto de requalificação da praça 25 de Abril, mas não está previsto o encerramento de mais nenhuma artéria.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----**Período da ordem do dia:**-----

1 - Proposta n.º 31/AM/2019 – Votos, mocções e recomendações:-----

VOTO DE SAUDAÇÃO E PESAR - DIOGO FREITAS DO AMARAL: -----

----“Diogo Freitas do Amaral (1941-2019) -----

----Licenciatura e Doutoramento pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde foi Professor Catedrático, foi fundador, após o 25 de Abril, do Centro Democrático e Social, então de forte matriz democrata-cristã, na esteira da Doutrina Social da Igreja, saída do Concílio Vaticano II.

----Considerado a par de Mário Soares, Francisco Sá Carneiro e Álvaro Cunhal uma das mais marcantes figuras civis na construção da nossa jovem Democracia.-----

----Foi Vice-Ministro de Sá Carneiro e após a morte deste, Primeiro Ministro interino.-----

-----Foi candidato a Presidente da República em 1986, perdendo, por pequena margem para Mário Soares, de quem se tornaria amigo e admirador e em 1995 e 1996 Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo sido num governo da Aliança Democrática e num do Partido Socialista, Ministro dos Negócios Estrangeiros. -----

-----Na sua morte, evocando o prestígio de uma vida que aqui saudamos, de todos os quadrantes partidários se ouviram palavras de admiração e respeito. -----

-----Entende, pois, o Grupo Municipal Socialista associar-se a essa homenagem com este voto. ---

-----Torres Vedras 22/11/2019.” -----

-----Os deputados municipais João Pedro Gomes, Sérgio Jacinto, Jacinto Leandro e Rita Sammer em representação dos respetivos grupos municipais, teceram algumas considerações, associando-se ao voto em causa. -----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, deliberou, por unanimidade, mandar lavrar em ata, o voto de saudação e pesar, pelo falecimento de Diogo Freitas do Amaral, tendo observado um minuto de silêncio em sua memória.-----

2 - PROPOSTA N.º 51/CM/2019 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2019 A COBRAR EM 2020:-----

-----Presente ofício número 6950, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19 de outubro último, a propor, de acordo com o deliberado por maioria, em sua reunião de 15/10/2019, a fixação das taxas em título para prédios urbanos – 0,4% e nos termos do n.º 1 do art.º 112-A do Código do IMI a seguinte redução: 1 dependente a cargo - €20,00; 2 dependentes a cargo - €40,00 e 3 ou mais dependentes a cargo - €70,00.-----

-----Antes de iniciarem os trabalhos sobre este ponto o **Presidente da Mesa** anunciou que existia uma proposta de redução do PSD do IMI para 0,36%, e que fariam a discussão conjunta e a votação separada das 4 taxas em discussão.-----

-----Deu de seguida a palavra ao **Presidente da Câmara** que referiu que nos últimos anos têm seguido uma política de estabilização das taxas em discussão, mantendo as mesmas, e não onerando os cidadãos. -----

-----Também referiu que até ao final do mandato não têm condições para alterar os valores destas taxas, tendo presente alguns investimentos prioritários que pretendem fazer desde logo no âmbito da rede dos centros educativos, dando como exemplo a Escola Básica do Ramalhal, que teve em três anos um aumento de 40% em relação ao que estava inicialmente previsto. -----

-----Explicou ainda que este aumento se deve à falta de mão-de-obra e conseqüente aumento na área da construção civil e ao mercado menos concorrencial em Portugal. -----

-----Assim para serem eficientes e eficazes devem ser prudentes na gestão dos recursos face aos projetos que estão a implementar e para além dos edifícios escolares há outros projetos de âmbito

social e educativo que querem melhorar, pelo que, do ponto de vista financeiro não têm folga para a redução de impostos. -----

----Pensa que a prestação orçamental da câmara municipal deve ser encarada desta forma, nos próximos anos. -----

----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que o grupo municipal do PSD fez uma proposta semelhante à apresentada nos dois anos anteriores. -----

----Entendem que deve haver coerência entre o discurso e a prática, e todos anos é invocada esta razão para não haver folga para a redução dos impostos, mas o orçamento da câmara municipal continua a subir e esse argumento fica sempre um pouco coxo. -----

----Pensa que à semelhança do que o governo procura anunciar no sentido de devolver os rendimentos aos portugueses, a câmara municipal devia seguir o mesmo caminho e devolver alguns rendimentos aos torrienses, já que continua a cobrar a taxa máxima do IRS e continuam com uma taxa de IMI que lhes parece exagerada. -----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* registou que o CDS-PP vê com preocupação que ano após ano não haja folga no orçamento para a redução do IMI e apesar de compreender as palavras do edil sobre a gestão das receitas, enquanto houver desperdício não podem dizer que não há margem. -----

----Pensa que a fixação da taxa do IMI em 0,40% não é o que o município de Torres Vedras precisa para ser mais sustentado e atrair mais pessoas e a câmara municipal devia ir mais além. --

----Consideram incompreensível que para o IRS seja proposta a taxa máxima e não compreendem como é que o município quer atrair mais empresas com uma taxa de derrama tão alta, pelo que, não podem concordar com as propostas do executivo. -----

----O *deputado municipal Nuno Henriques* reiterou a intervenção da sua líder de bancada, referindo que a câmara socialista do Funchal que tem o IMI mais baixo, e que existem outras câmaras socialistas com 0,5%. -----

----Assegurou que o PSD defende o equilíbrio social e democrático indo ao encontro de todos os municípios e não só de alguns, quer na redução do IRS, quer do IMI, que considera possível no município de Torres Vedras. -----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse estranhar que não haja folga orçamental quando o orçamento para 2020 ultrapassa os 60 milhões euros, sendo que têm vindo sucessivamente a aprovar empréstimos no plenário, pelo que há qualquer coisa em termos de gestão económico financeira da autarquia que lhe escapa. -----

----Quanto ao IRS, não parece lógico que, sendo este imposto que mais abrange os cidadãos e as famílias, porque nem todos são proprietários e nem todos pagam IMI, o executivo não baixar esta taxa e assim abranger muito mais famílias, que não adquirem casa própria, já que assim

acaba por não fazer diferenciação positiva para que se fixem no território. -----

----O *deputado municipal Jacinto Leandro* fez notar que se trata de uma questão financeira, mas também eminentemente política. -----

----Fez notar que ainda não viu nos programas eleitorais do PS a promessa de ir baixar as taxas em discussão, mas, lembra-se de terem assumido para este mandato como objetivo prioritário, criar e melhorar as condições escolares, no sentido de serem iguais para todas as crianças do concelho. -----

----A câmara municipal propõe manter as taxas do ano passado e não estão a propor a taxa máxima no IMI mas assegurou que o grupo municipal do PS também gostaria de assumir uma redução quando for possível, mas neste momento suportam a posição do Executivo Municipal.-----

----Quanto aos centros educativos, quando os objetivos forem cumpridos e no sentido de uma discriminação positiva, sugeriu que em vez das receitas das eólicas, se equacione baixar a taxa do IMI em algumas freguesias que poderá resultar numa promoção do território-----

----Nunca viu grande problema nem ouviu reclamações em relação em relação ao IMI e derrama, mas ouve reclamações quanto à rede viária, acreditando que os torrienses ao serem questionados preferem boas acessibilidades, sendo nesta convicção quer suportam a posição do partido e do executivo camarário.-----

----O *presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vasa*, lembrou que já no período antes da ordem do dia, já falou do aumento exponencial da receita de IMI, para dizer que tem votado a favor a proposta da câmara municipal para fixação desta taxa, mas desde 2006 esta receita não se reflete na freguesia que preside, não sabendo se vale a pena continuar. -----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que ouviu o colega Jacinto Leandro sobre os centros educativos e que também já ouviu o edil dizer que depois, terão de arranjar as estradas, o que o leva a pensar, considerando o estado das mesmas, que vão passar dez anos para o conseguir e que durante esse período também não vai haver folga, ou seja a desculpa vai ser outra. -----

----Acha que não se trata apenas de uma questão financeira, mas também política. -----

----Acha que há outro caminho, que pode passar pela diminuição das despesas correntes que têm vindo a aumentar e o CDS-PP não se revê nesta proposta.-----

----O *deputado municipal Nelson Aniceto* começou por dizer que vê com agrado que no seu município se possa baixas as taxas.-----

----Ciclicamente o PSD apresenta uma proposta de diminuição, mas mais uma vez não consubstancia a proposta com contas, ou seja, de onde iriam retirar na despesa os montantes referentes à redução.-----

----Assinalou que é fácil vir ao plenário propor medidas agradáveis, mas como não vêm

acompanhadas com suporte prático e respetivo numerário do lado da receita/despesa, são apresentadas desta forma, porque não incide sobre quem a apresenta, o ónus da boa governança do município. -----

----Assim, lembrou que no final de 2017, foi aprovado por unanimidade pela assembleia municipal a renovação do parque escolar, uma aposta clara na educação e no futuro dos jovens, que tem custos diferenciados do que estavam inicialmente estimados por circunstância do próprio mercado.

----Concorda que a rede viária tem várias carências, mas também é um facto que existe um plano de investimentos para as estradas no valor de €1.300.000,00, que também tem custos.-----

----Deu nota ainda que Torres Vedras é à data o 2.º melhor concelho para viver, fruto de investimentos feitos por este executivo e pelos que o antecederam, e de alguma forma o esforço que é pedido a todos os torrienses consubstancia-se nesta atratividade e nesta posição no ranking pelo que reiterou a posição do PS.-----

----Sendo desejável redução, a manutenção das taxas deve ser em proporção aos objetivos de melhoria de condições do município.-----

----A *deputada municipal Rita Sammer* deu nota que em termos de redução do IRS a diferença da receita de 5% para 4% é de € 633.315,00, e o PSD terá oportunidade, em sede da discussão de orçamento de sinalizar muitas rubricas de onde esta verba poderá ser retirada. -----

----Comparando o orçamento global de 2019 para 2010 há um aumento global de 1,5 milhões de euros, portanto não lhe parece que seja por falta deste aumento, que esta redução não pode ser feita.-----

----Pedi novamente a palavra o *deputado municipal Nuno Henriques*, assinalando que reduzir a taxa também se trata de uma questão ideológica pois coloca mais dinheiro nos bolsos dos torrienses, que ficam com livre arbítrio de decidir o que fazer com o mesmo. -----

----O PSD sempre defendeu e vai sempre defender a redução de impostos, mas sabe que esta é uma opção política. -----

----Contudo no seu entender as pessoas estão sempre em primeiro lugar e não é só preciso obras físicas pois também é preciso qualidade de vida, apelando que todos votem a proposta do PSD. -----

----O *deputado municipal Rui Prudêncio* reportando-se à intervenção do colega que o antecedeu, lembrou que foi o governo do PSD que fez o maior aumento de imposto no país, pelo que não aceita que venha dizer que é uma questão ideológica e política. -----

----Em causa está uma questão concreta referente ao município de Torres Vedras, que tem projetos em curso, que tem um programa eleitoral apresentado à população para o qual necessita de financiamento e havendo que encontrar equilíbrios são esses os equilíbrios que o PS propõe. --

----Em resposta à intervenção anterior o *deputado municipal Pedro Castelo*, fez notar que têm a

maior carga fiscal de sempre e que a dívida pública aumenta todos os dias de forma exponencial--

----O **Presidente da Câmara** relevou a grande confiança que os torrienses têm na gestão autárquica de todos os órgãos do município.-----

----Reafirmou que a prudência é importante e que não há maior carga fiscal, mas maior receita fiscal sem aumentar os impostos.-----

----Em termos de dados comparados, informou que a receita de IMI, em período homólogo de 2017, subiu 0,8%, em 2018, 4,8%, indicadores a acompanhar, o IRS em 2017 teve um decréscimo de 8% e 2018 de 9%, e que a derrama em 2017 teve decréscimo de 22% e em 2018 um acréscimo de 27%.-----

----São valores a analisar com vista a ter a tal gestão eficaz dos recursos que têm ao dispor sem ter políticas despesistas, mas com uma política de contenção orçamental, tendo em conta um conjunto de investimentos, referindo-se concretamente à renovação da frota municipal, cujos custos de manutenção eram insuportáveis, assim como para a redução da despesa a nível da energia nos edifícios e iluminação pública.-----

----Deu nota ainda que cerca de 10% do orçamento da câmara municipal é para a educação, o que no seu entender contribuiu para a qualidade de vida dos torrienses, pois trata-se de um grande investimento nos homens e mulheres do futuro.-----

----Estão a gerir os investimentos na educação com um critério rigoroso, em que há financiamento a cobrir por parte da autarquia, mas também na rede viária que se reveste num plano extremamente ambicioso de reabilitação.-----

----O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** fez notar que será referente a 2019 que pela primeira vez o IMI será pago pelos munícipes em três prestações, pelo que não há histórico desta taxa, tal como refere a prestação de contas semestral, pelo que não há dados para fazer comparações.-----

----O **Presidente da Câmara** respondeu que deu dados de 2017 e 2018, pois o ano de 2019 ainda não está finalizado -----

----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** salientou que o tal plano ambicioso da rede viária, foi a mesma que a assembleia votou para colmatar as urgências em alguns troços e do montante previsto, uma parte é assumida pelos SMAS.-----

----O *deputado municipal* **Nuno Henriques** fez notar que quando falou de uma questão ideológica, se referiu ao facto de o PSD defender realmente uma redução clara dos impostos diretos e indiretos bastando para tal ver a sua proposta de redução para 6% do IVA na eletricidade para beneficiar as famílias, quando o PS defende manter 23%.-----

----Não se registaram mais intervenções, pelo que o Presidente da Mesa submeteu à votação a proposta de alteração entregue na mesa pelo PSD e de seguida a da autarquia.-----

-----**Proposta do PSD:**-----

-----“Tendo presente a competência da assembleia municipal prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do mesmo artigo, o Grupo Municipal do PPD/PSD propõe a fixação das taxas do IMI respeitante ao ano de 2019 (a aplicar em 2020) conforme se indica: Prédios urbanos 0,36%.”-----

-----Votação Proposta do PSD – 0,36%:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 28 votos contra, 9 votos favor, não aprovar a proposta em título.-----

-----Anota-se que votaram a favor o PSD, João Pedro Gomes e TnL, e contra, PS, PCP, BE e Pedro Germano.-----

-----Encontravam-se ausentes Pedro Castelo, António Moreira e António Espírito Santo.-----

-----**Proposta base:**-----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 28 votos a favor e 9 votos contra, fixar a taxa de 0,40% para prédios urbanos e nos termos do n.º 1 do art.º 112.º - A do Código do IMI a redução da taxa atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar: 1 dependente a cargo - €20,00, 2 dependentes a cargo - €40,00 e 3 dependentes a cargo - €70,00.-----

-----Anota-se que votaram a favor PS, PCP, BE e Pedro Germano e contra PSD, João Pedro Gomes e TnL.-----

-----Encontravam-se ausentes Pedro Castelo, António Moreira e António Espírito Santo.-----

3 - PROPOSTA N.º 52/CM/2019 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL DO IRS, RESPEITANTE AOS RENDIMENTOS DE 2019 A COBRAR EM 2020, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO:-----

-----Presente ofício número 6949, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19 de outubro último, a propor, de acordo com o deliberado por maioria, em sua reunião de 15/10/2019, que a taxa em título venha a ser fixada em 5%.-----

-----**Proposta do PSD:**-----

-----“Tendo presente a competência da assembleia municipal prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 57/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do mesmo artigo, o Grupo Municipal do PPD/PSD propõe que a taxa variável de IRS, respeitante aos rendimentos de 2019 (a cobrar em 2020), a que os municípios têm direito em cada ano, venha a ser fixada em 4%.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 28 votos contra e 9 votos a favor, não aprovar a proposta em título.-----

-----Anota-se que votaram a favor, PSD, João Pedro Gomes TnL e contra, PS, PCP, BE e Pedro

Germano.-----

----Anota-se que não se encontravam na sala Pedro Castelo e António Espírito Santo.-----

----**Votação da proposta base:**-----

----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09 na sua atual redação, deliberou, por maioria de 28 votos a favor, e 10 votos contra fixar a taxa em 5%.-----

----Anota-se que votaram a favor o PS, PCP, BE e Pedro Germano e contra o PSD, João Pedro Gomes e António Moreira. -----

4 - PROPOSTA N.º 53/CM/2019 – AUTORIZAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, A COBRAR NO ANO DE 2020, SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS:-----

----Presente ofício número 6948, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 19 de outubro último, a propor, de acordo com a sua deliberação de 15/10/2019, o lançamento de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, bem como uma taxa reduzida de derrama de 1% a cobrar em 2020, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00. -----

----A Assembleia Municipal em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação deliberou, por maioria de 28 votos a favor e 10 abstenções, fixar a derrama a cobrar no ano de 2020, em 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, bem como uma taxa reduzida de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC para os sujeitos passivos e com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os €150.000,00.-----

----Anota-se que se abstiveram o PSD, João Pedro Gomes e TnL.-----

----Encontravam-se ausentes Pedro Castelo e António Espírito Santo.-----

5 - PROPOSTA N.º 54/CM/2019 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2020, PREVISTA NA LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS:

----Presente ofício número 6951, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 19 de outubro último, a propor a fixação da taxa a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, em 0,20%, conforme deliberado, por unanimidade, pelo em sua reunião de 15/10/2019. -----

----Tendo presente a competência própria da assembleia municipal, prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria de 29 votos a favor e 10 abstenções fixar a taxa municipal dos direitos de passagem a

aplicar em 2020, a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, em 0,20%. -----

----Anota-se que se abstiveram, PSD, TnL e João Pedro Gomes e encontrava-se ausente Pedro Castelo e António Espírito Santo.-----

6 - PROPOSTA N.º 60/CM/2019 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2020 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS - OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL:-----

----Presente ofício número 7307, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29 de outubro último, a remeter os documentos em título.-----

----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por dar nota que o orçamento para 2020 é de 61 milhões de euros, ou seja, teve um acréscimo de 4% em relação ao do ano transato, que se deve essencialmente às políticas que estão a adotar no processo de descentralização, nomeadamente em termos de despesa corrente, pelo facto de irem receber um conjunto de funcionários do Ministério de Educação. -----

----Destacou ainda o maior investimento jamais feito no município e neste sentido, irão dar continuidade às empreitadas da Escola Básica de Penafirme e iniciar a Escola Básica de Turcifal, e durante o ano de 2020 está previsto iniciar a empreitada da Escola Básica de Freiria (2.º e 3.º ciclos) e lançar o concurso para a construção da Escola Básica de Ramalhal e da Escola Básica de Silveira e darão continuidade ao desenvolvimento dos projetos das Escolas Básicas de A-dos Cunhados e Sarge. -----

----Destacou também o investimento na Reabilitação da Rede Viária Municipal e Arruamentos, através das obras de reabilitação das vias municipais em todas as freguesias do concelho. -----

----Referiu a fase final do encerramento do ciclo de fundos comunitários, manifestando a sua satisfação com a execução física dos mesmos, num conjunto de obras que vão terminar em 2020.

----Deu nota que já ouviu muitas críticas que vão no sentido de a câmara municipal só fazer projetos em função dos fundos comunitários, mas mal seria se não tivessem em carteira um conjunto de projetos para melhorar a vida dos torrienses. -----

----Assinalou a continuidade de investimento nos equipamentos municipais, com destaque para o projeto museográfico do Centro de Artes e Criatividade e do Museu Joaquim Agostinho, assim como a recuperação do património marítimo que está patente em projetos e obras em curso como é o caso da requalificação do Porto de Pesca Local da Assenta. -----

----Para esclarecer uma matéria de que tanto se fala referiu que as despesas na área da comunicação são no valor de € 600.000,00, ou seja 1% de toda a atividade municipal, ao que acresce €120.000,00 dos colaboradores, não podendo deixar de salientar que a revista municipal, elaborada nesta área, está cotada entre as melhores de Portugal.-----

-----Por último disse que 2020 vai ter desafios muito importantes na descentralização a nível da saúde, educação e vias municipais e num conjunto de investimentos nas freguesias no sentido de que todas devem estar dotadas da mesma forma.-----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* começou por assinalar que estão todos de acordo no que se refere aos investimentos nos centros escolares e na rede viária, mas também tinha que assinalar que foi em 2009, enquanto vereador, que fez uma proposta para o primeiro centro escolar e que o último centro educativo está previsto para o Maxial em 2023, ou seja passam 15 anos, num total de 900 milhões de euros de orçamentos camarários, dos quais se 90 milhões fossem investidos nas escolas corresponderia a10%.-----

-----Relativamente à área da comunicação, e ao contrário do que o edil disse, a unidade de inovação e comunicação tem um orçamento/receita que totaliza €2.208.407,00 dos quais €860.542,00 são para pessoal e o valor remanescente de €1.212.150,00 são para “outros, serviços de refeições, honorários/cachets e serviços de alojamento” lamentando que o quadro de pessoal não lhe ofereça leitura suficiente para perceber quantas pessoas estão afetadas a esta área.-----

-----Assinalou ainda que neste valor não há Carnaval nem Feira de S. Pedro, não entendendo que 3,3% do orçamento seja para a unidade de inovação e comunicação, e seria nesta despesa que se poderia recuperar o valor referente à redução da taxa do IMI proposta pelo PSD.-----

-----Disse que a câmara municipal não se pode substituir aos privados para fazer hotéis quanto têm o IVV para recuperar lembrando que e se alguma vez a linha do Oeste for reparada terão que pensar em investir em estacionamento ao pé da CP.-----

-----Voltando aos centros escolares disse que se trata de uma questão de política, lembrando a crítica à sugestão que fez para o município fazer escolas através de parcerias público privadas, quando agora o edil vem dizer que foi mau o atraso porque as obras estão mais caras e assim já não sabe o que era melhor, mas sabe que os municípios de Mafra, Caldas da Rainha e a Lourinhã têm quase todas as escolas prontas.-----

-----Salientou que Torres Vedras, cidade, só terá centros escolares novos em 2025.-----

-----Questionou há quantos anos não andam a falar do museu Joaquim Agostinho, assim como do Museu das Artes/Carnaval e sobre o Parque Desportivo de Arenas que desapareceu dos planos plurianuais.-----

-----Se percorrerem as 13 freguesias, vêm que em 20 anos pouco se investiu, e há muito que se fala de um centro cultural em Santa Cruz, lamentando que na 2.^a localidade do concelho não exista uma sala para se fazer reuniões, realizando-se as reuniões do executivo descentralizadas na escola primária.-----

-----Pensa que até a Lourinhã os vai ultrapassar, pois tem os equipamentos municipais todos.-----

-----Reforçou que as opções do orçamento em discussão são políticas, porque a câmara municipal

tem muito dinheiro, que pode não usar no gabinete de comunicação. -----

----Reforçou igualmente que a posição do PSD tem a ver com uma postura diferente e sendo certo que o PS ganhou as eleições, se as pessoas soubessem que 30% do orçamento vem dos seus impostos pensavam de outra forma. -----

----Referindo o valor de 170 mil euros de transferências para a OesteCIM, deu nota que o PSD tem muitas dúvidas quanto à comparticipação do município diretamente nos passes, mas tendo em conta o valor orçado para a unidade de inovação e comunicação, começam a pensar que mais valia. -----

----Lembrou também que adquiriram a Azenha do Ramalhal por €300.000,00 que está por recuperar há 4/5 anos. -----

----Referiu ainda que Óbidos está a crescer como polo tecnológico, aproveitando para falar da TVPar, uma área industrial banal que não está toda ocupada e que se traduziu num grande prejuízo. São situações que não são só deste mandato e pensam que pode ser feito muito mais com o valor do orçamento em apreciação. -----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* começou por se referir à recente polémica que houve com os gastos da assembleia municipal para assinalar o valor que está orçamentado para 2020 e o valor do orçamento total do município. -----

----Disse que o CSP-PP não se revê neste orçamento e apesar de compreender a preocupação e opção política nos centros educativos e de saber que irá haver aumento das despesas no âmbito do processo de descentralização, vão ter uma queda no 7% a 9% nos investimentos. -----

----Assim não percebe um orçamento que cresce e um investimento que cai. Também não percebe que não se tenham feito as obras de melhoramento no terminal rodoviário, tendo dúvidas que venham a ser feitas em 2020. -----

----Disse ainda que pediram alguns esclarecimentos ao presidente da câmara, sobre o PPI que ainda não foi disponibilizados, pelo que se referiu à página 15 onde estão as verbas previstas sobre obras em residências universitárias questionando onde se irão localizar e em que moldes, e se serão fruto de investimento próprio ou de parcerias com privados. -----

----Ainda no PPI, na mesma página, questionou sobre a previsão de despesa no que se refere ao edifício Fonte Nova relacionada com a empresa Riberalves que a câmara municipal quer isentar de licenças em troca da execução do edifício. -----

----Teve de seguida a palavra o *deputado municipal Rui Prudêncio* começando por afirmar que fazer um orçamento é difícil e complicado por assentar em escolhas e este assenta nas escolhas do PS sufragadas maioritariamente nas últimas eleições. -----

----Disse ainda que este é o orçamento do meio do mandato que são os mais difíceis de fazer, uma vez que estão sempre a aparecer novos desafios e novos obstáculos, mas este executivo

soube durante mais um ano estar à altura dos mesmos, mantendo-se fiel ao programa do PS e merece uma palavra de estímulo. -----

----Assim deu nota que reflete o esforço do executivo, no que se refere ao investimento dos centros escolares, dos quais deu nota, no sentido de poderem ter as melhores condições para educar os mais novos. -----

----Também reflete o esforço feito a nível das unidades de saúde, na rede viária, na revisão do PDM, na reabilitação urbana, em diferentes formas de mobilidade que devolve a cidade às pessoas, cultura, na requalificação da orla costeira, na estratégia para adaptação às alterações climáticas, com a implementação de programas na área de educação profissional, com o reforço no orçamento participativo, com o programa revitalização das aldeias em comunhão com as juntas de freguesia, com a implementação do programa de oferta hoteleira para reforçar Torres Vedras como destino turístico, podendo elencar muitos mais, ou seja tudo o que o PS apresentou aos torrienses e se propuseram realizar.-----

----Na análise do PS este orçamento é o espelho das opções que fizeram, um documento equilibrado e que mantém as contas da autarquia saudáveis. Salientou que só estão no meio do trabalho e o PS quer mais e tem a certeza que o executivo camarário também.-----

----Por último felicitou o executivo por tudo o que foi conseguido nestes últimos dois anos e deixou uma palavra de incentivo e de apoio ao que falta fazer. -----

----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que esta assembleia aprovou em 29/04/2019 uma recomendação para redução dos passes que foi aprovada por maioria, e porque partilha as preocupações do deputado Luís Carlos Lopes, questionou em que reunião do executivo foi deliberado o assunto e qual foi a votação. -----

----O *presidente de junta da Ponte do Rol, Pedro Vasa* disse que nos mapas de empréstimos não consta quanto custou o centro escolar da Ponte do Rol à câmara municipal, informação que gostaria de ver esclarecida.-----

----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos, assim:----

----Abordou a intervenção do deputado municipal Luís Carlos Lopes indicando que o PSD vai fazer o seu percurso normal no que se refere ao seu sentido de voto e o executivo também vai fazer tudo em prol dos torrienses.-----

----Assinalou que vive no Turcifal com muito gosto e é com enorme satisfação que anuncia que em dezembro vão lançar a primeira pedra para a construção do novo centro educativo.-----

----Reforçou que as freguesias do concelho têm uma qualidade de vida impar, fruto de um trabalho que tem vindo paulatinamente a ser feito em função dos recursos disponíveis e em função da área do concelho. -----

----Este orçamento consiste em alocar os recursos que têm, em função do programa eleitoral do

PS, para chegar ao fim de 2021 e cumprir os objetivos traçados, com muita determinação.-----

-----Em resposta ao deputado Pedro Castelo e quanto ao facto de reduzirem cerca de 7% no investimento explicou que este valor está transposto na prestação de serviços que entra na despesa corrente ou seja para investir nas pessoas, que é o mais importante e que permite que Torres Vedras seja reconhecido nos parâmetros internacionais, como município Amigo das Famílias, do qual se muito orgulha.-----

-----Quanto às residências para universitários, informou que faz parte de um programa lançado pelo governo, ao qual o município de Torres Vedras se candidatou com o Instituto Politécnico de Leiria e para o qual o executivo aprovou hoje na reunião do executivo dois projetos para reabilitar dois edifícios destinado a residências de estudantes/universitários, referentes a propriedades no centro histórico, a ser promovidas pelo município.-----

-----No que concerne ao edifício Fonte Nova/Espaço Termal deu nota que havia a intenção do proprietário de demolir, mas a autarquia entendeu salvaguardar o património, estando em causa pagar as taxas ou liquidar em espécie, opção que o executivo escolheu através da vinda à posse daquele imóvel e assim poder dotar a cidade de mais unidades hoteleiras estando em curso a elaboração do procedimento concursal para o efeito.-----

-----Esclareceu ainda que a Unidade de Inovação e Comunicação é composta por 5 áreas, das quais fazem parte as Áreas de Produção de Eventos, Gestão de Marcas, Empreendedorismo, Tecnologias da Informação e Comunicação e Qualidade, sendo €600.000,00 referentes à área de eventos.-----

-----No que se refere à questão dos passes informou que estão a trabalhar com a autoridade de transportes (OesteCIM) e assim que tiver dados dará nota.-----

-----Por último, quanto à Escola da Ponte do Rol, informou que a câmara teve que liquidar o valor de € 200.000,00 do seu orçamento, sendo o remanescente de €2.000.000,00 pago com fundos comunitários, não tendo sido necessário contrair empréstimo.-----

-----Não se registaram mais intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea a e o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 25 votos a favor, 1 abstenção e 13 votos contra aprovar documentos previsionais para 2020 do município de Torres Vedras - Opções do Plano, Orçamento e Mapa de pessoal.-----

-----Anota-se que votaram contra os deputados municipais do PCP, CDS-PP, PSD e TnL, absteve-se o BE e votam a favor, PS e Pedro Germano.-----

-----Encontrava-se ausente António Espírito Santo.-----

7 - PROPOSTA N.º 61/CM/2019 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020 DOS SERVIÇOS

MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS: -----

-----Presente ofício número 7308, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 29 de outubro último, a remeter, de conformidade com o deliberado pelo executivo nesta mesma data, os documentos em título.-----

-----O **Presidente da Câmara** salientou que se trata de um documento equilibrado e muito similar ao do ano anterior, através do qual continuam empenhados em encerrar o ciclo das redes de saneamento no território e no combate às perdas.-----

-----Teve a palavra o *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes**, que começou por enaltecer a nota explicativa do documento em discussão, referindo que apresenta uma descida de 447 mil euros, com menos 53 mil euros de receita corrente, aumento de 458 mil euros de despesa corrente, menos 395 mil euros de receita de capital e menos 906 mil euros de despesa de capital.-----

-----Disse ainda que em contraponto com o mapa de pessoal da câmara municipal, o mapa dos SMAS está elucidativo sendo o aumento de 209 mil euros justificado pela previsão do aumento do número de pessoal.-----

-----Fez algumas considerações quanto à criação de uma empresa municipal e deixou o seu agradecimento e ênfase em como gostou ao longo dos anos de ter partilhado opiniões com o Dr. Sérgio Simões.-----

-----Concluiu dizendo que o grupo municipal do PSD se vai abster.-----

-----O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** enalteceu a forma explicativa e rigorosa de como os documentos são apresentados e os esclarecimentos que foram dados na reunião que tiveram com os técnicos, nomeadamente sobre a evolução do quadro dos recursos humanos.-----

-----Tendo em conta que há algum tempo que se fala em estudos ou criação de uma empresa municipal para água e saneamento, e sendo consensual que os SMAS têm tido um desempenho equilibrado em todas as suas vertentes, quer do ponto de vista dos investimentos quer na gestão das despesas correntes, quer na qualidade da água, questionou o que há de concreto sobre este assunto.-----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** disse que nada tinha a opor, mas continua a ser preocupante para o CDS-PP as perdas na rede do concelho de Torres Vedras, tendo o Sérgio Simões já elucidado a forma de combate às mesmas.-----

-----Aproximando-se a hora regimental para o encerramento dos trabalhos, passou-se à votação do ponto, contudo os deputados municipais Pedro Castelo e Rita Sammer solicitaram que este assunto pudesse ser mais aprofundado na discussão do ponto 8, o que teve a anuência de todos os presentes,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, para efeitos do disposto nas alíneas a) e o) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, aprovar por maioria de 29 votos a

favor e 10 abstenções, aprovar documentos previsionais – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2020 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras. -----

-----Anota-se que se abstiveram os deputados municipais do PSD, PCP e João Pedro Gomes.-----

-----Encontrava-se ausente da sala António Espírito Santo.-----

ADITAMENTO: -----

DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS:-----

-----Presente ofício número 7838, da Câmara Municipal de Torres Vedras, desta data a informar que na sequência do pedido de cessão da comissão de serviço da Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, é necessário iniciar o procedimento para provimento do cargo em causa e nessa sequência, o executivo em sua reunião de 26/11/2019, tendo por base a informação número 437 de 13/11/2019 da Divisão de Recursos Humanos, atendendo à urgência na ocupação do posto de trabalho em causa, deliberou propor à Assembleia Municipal que delibere a constituição do seguinte júri:-----

-----Presidente - Jorge Augusto Reis Martins, Diretor de Departamento de Estratégia da Câmara Municipal de Torres Vedras; Vogais - Joana Cecílio Barradas, Chefe da Divisão de recursos Humanos da Câmara Municipal de Torres Vedras; e Afonso Luís Clímaco Umbelino, Chefe da Divisão de Construção e Manutenção de Infraestruturas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras.-----

-----O ***Presidente da Câmara***, aproveitou para manifestar todo o seu carinho e apreço pelo elevado profissionalismo e dedicação à Câmara Municipal de Torres Vedras, demonstrado pela Eng.^a Isabel Policarpo, como técnica superior, diretora de departamento e chefe de divisão, que entendeu ter outra vida, desejando-lhe as melhores felicidades.-----

-----A Assembleia Municipal, tendo em conta a sua competência prevista no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29/08, deliberou por maioria de 38 votos a favor e 1 abstenção designar o seguinte júri: Presidente - Jorge Augusto Reis Martins, Diretor de Departamento de Estratégia da Câmara Municipal de Torres Vedras; Vogais - Joana Cecílio Barradas, Chefe da Divisão de recursos Humanos da Câmara Municipal de Torres Vedras; e Afonso Luís Clímaco Umbelino, Chefe da Divisão de Construção e Manutenção de Infraestruturas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que se absteve Pedro Castelo e não estava presente António Espírito Santo.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções

ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

-----**ENCERRAMENTO:**-----

-----Tendo-se chegado à hora regimental e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos e em cumprimento do n.º 3, do art.º 34.º do Regimento da Assembleia Municipal, anunciou que continuariam no dia 4 de dezembro pelas 21.00h, dando por encerrada a presente sessão às 1.10h, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO AORDINÁRIA, INICIADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2019:-----

-----Presidiu o Presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) Ana Rita Vilela Ribeiro (Segundo Secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins.-----

----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os Vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira e Cláudia Horta Ferreira.-----

----O *Presidente da Mesa*, **José Augusto de Carvalho**, de acordo com a vontade manifestada pelo plenário na reunião anterior, iniciou a sessão dando nota que começariam com o ponto 9 da agenda e ficaria para mais tarde o ponto 8.-----

9 - PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 1/08:-----

9.1 - PROPOSTA N.º 56/CM/2019 - TRANSIÇÃO DE PESSOAL PARA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATAÇÃES - DECRETO – LEI N.º 57/2019 DE 30/04: -----

-----Presente ofício número 7525 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13 de novembro, a dar conhecimento que na sua reunião de 12/11/2019, e na sequência de alteração dos recursos humanos a transferir para a Junta de Freguesia, de Santa Maria, São Pedro e Mataçães, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 6.º, do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, deliberou, transferir anualmente para aquela Junta de Freguesia, os recursos financeiros relativos aos vencimentos e encargos sociais dos 16 trabalhadores que transitarão da sua Área de Limpeza Urbana, para a Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Mataçães, nos termos do artigo 8.º, do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, por exercerem unicamente atividades integradas nas competências a transferir, num total de € 204.288,88, (e não o valor anteriormente deliberado de € 209.057,98) ao qual acresce também o valor já deliberado pela assembleia municipal na sua reunião de 30 de setembro, sob proposta da câmara municipal de € 651.125,00, para o exercício das competências previstas nas alíneas a), b), c), d) e) e f) do n.º 1, do art.º 2.º, do referido diploma e nas quais não se inclui a gestão e manutenção da área Verde da Várzea e da área Verde do Choupal, bem como a gestão e manutenção do Mercado Municipal, Mercado Abastecedor, Feira de São Pedro e Feira Rural (que atualmente são exercidas pela Promotorres, EM. de acordo com contratos programa), num total de € 855.413,88, deliberando ainda submeter esta proposta de transferência de recursos à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que indicou estarem em discussão pequenas correções ao mapa inicialmente proposto.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que o grupo municipal do PSD nada tinha a opor, quanto mais que se trata de decisões partilhadas também entre a junta de freguesia e o sindicato no sentido de garantir os interesses dos trabalhadores.-----

-----Deu nota que quando esta transferência de pessoal foi apresentada foi dito que eram transferências de trabalhadores que já executavam essas tarefas dos espaços que agora passavam para a freguesia, questionando qual a razão da alteração e se as pessoas agora transferidas estão capacitadas para tal.-----

-----O **Presidente da Câmara** informou que se verificou uma alteração na lista de pessoal a transferir, decorrente do pedido de aposentação do encarregado.-----

-----A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião de 12 de novembro de 2019, deliberou por maioria de 32 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a transferência de recursos para a Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Mataçães, nos termos do n.º 2, do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e artigos 5.º e seguintes do Decreto-lei n.º

57/2019, de 30 de abril, com vista ao exercício por esta autarquia das competências compreendidas nas alíneas a), b), c), d), e), f) e l), do n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -----

----Anota-se que se absteve Sérgio Jacinto e ainda não estavam presentes os deputados municipais Francisco Branco, Ana fiéis, João Pedro Gomes, Pedro Vasa, Natalina Luís e Luís Carlos Lopes, e Francisco Martins. -----

9.2 - PROPOSTA N.º 57/CM/2019 – ÁREAS PROTEGIDAS – DECRETO-LEI N.º 116/2019 DE 21/08 – TOMADA DE CONHECIMENTO: -----

----Presente ofício número 6355, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 4 de outubro último, a dar conhecimento, em conformidade com o deliberado pelo executivo em 1 do mesmo mês que no dia 21/08, foi publicado o Decreto-Lei n.º 116/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais, ao abrigo da alínea c), do artigo 20.º, da Lei n.º 50/2018, de 16/08, nos seguintes domínios:-----

----a) A gestão das áreas protegidas de âmbito local; -----

----b) Participar na gestão das áreas protegidas de âmbito nacional, através do exercício das funções de cogestão que lhes são cometidas pelo presente Decreto-lei e da sua integração nos conselhos estratégicos previstos no artigo 9.º, do Decreto-lei n.º 43/2019, de 29/03;-----

----c) Instaurar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais, bem como aplicar as coimas e as sanções acessórias nas áreas protegidas de âmbito nacional em que participem na respetiva gestão, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 45.º do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade ----- .

----Tendo presente o contexto do Município de Torres Vedras, descrito na informação 205/2018 de 25/09/2019 da área jurídica que faz parte integrante do processo, o Município de Torres Vedras não é visado pelas competências transferidas por este diploma, dado não ter áreas protegidas de âmbito nacional e a gestão de áreas protegidas de âmbito local já é exercida pelo Município. Não obstante, e uma vez que o modelo de cogestão das áreas protegidas previsto neste diploma destina-se a áreas protegidas de âmbito nacional, pode, em momento oportuno, ser ponderada a sua adoção à escala local, com as devidas adaptações.-----

----O **Presidente da Câmara** informou que no território existe uma área protegida local, da qual já fazem a gestão, mas não há áreas protegidas nacionais.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento que o Município de Torres Vedras não é visado pelas competências transferidas por este diploma, dado não ter áreas protegidas de âmbito nacional e a gestão de áreas protegidas de âmbito local já é exercida pelo Município. Não obstante, e uma vez que o modelo de cogestão das áreas protegidas previsto neste diploma destina-se a áreas protegidas de âmbito nacional, pode, em momento oportuno, ser ponderada a

sua adoção à escala local, com as devidas adaptações.-----

10 - PROPOSTA N.º 58/CM/2019 - AUTORIZAÇÃO PARA EMPRÉSTIMO DE MÉDIO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DE PONTE E ROTUNDAS INTEGRADAS NA VARIANTE A-DOS-CUNHADOS, ATÉ AO MONTANTE DE €1.100.000,00:-----

-----Presente ofício número 7528, da Câmara municipal de Torres Vedras, de 13 de novembro, a dar conhecimento que na sequência da deliberação tomada pelo executivo em sua reunião de 29/10/2019 foi iniciado o processo tendente à contratação do empréstimo para financiamento da obra em título, até ao montante de € 1.100.000,00, tendo o executivo em sua reunião de 12/11/2019, deliberado selecionar a proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, com a taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,49%, dado ser a instituição que apresenta um spread mais baixo, com periodicidade do pagamento das prestações trimestral, solicitando o agendamento do processo.-----

-----O **Presidente da Câmara** disse que inicialmente o montante do empréstimo era de €700.000,00 e face às contingências na construção civil tiveram que rever os projetos tendo presente os custos e as dificuldades que existem à data.-----

-----Tendo presente a competência a sua competência, prevista na alínea f), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2012, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a contratação de empréstimo de médio prazo à Caixa Geral de Depósitos, com taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,49% com periodicidade do pagamento das prestações trimestrais, para financiamento da construção de ponte e rotundas integradas na Variante A-dos-cunhados, até ao montante de €1.100.000,00.-----

-----Anota-se que ainda não se encontravam na sala os deputados municipais Pedro Vasa, Natalina Luís, Luis Carlos Lopes e Francisco Martins.-----

11 - PROPOSTA N.º 59/CM/2019 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ÁREA DE APTIDÃO TURÍSTICA DA MACEIRA E ÁREA ENVOLVENTE POR ADAPTAÇÃO AO PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA – ALCOBACA - CABO ESPICHEL (POC-ACE):-----

-----Presente ofício 7527 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de novembro a dar conhecimento que a câmara municipal, em sua reunião de 12/11/2019, tendo por base a Informação da Divisão de Ordenamento do Território, de 05/11/2019, deliberou aprovar a alteração por adaptação do Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e área envolvente por adaptação ao Programa da Orla Costeira – Cabo Espichel (POC-ACE).-----

-----O **Presidente da Câmara** deu nota que o município já tinha feito a adaptação ao POC-ACE e em conferência de serviços com a CCDRLVT verificou-se a necessidade de adaptar também este plano de âmbito territorial que está em vigor.-----

-----O *deputado municipal António Carneiro* interveio no sentido de indicar que por uma questão

de coerência com o que disse na adaptação do PDM ao POCACE vai votar contra. -----

----Nesta sequência recordou que justificou esse seu voto contra com o facto de a zona de proteção ter passado de 500m para 600m, e porque teve conhecimento, através do jornal Expresso que no Alvor iam construir 3 hotéis a cerca de 200m, dando também os exemplos de Matosinhos, Troia e Comporta. -----

----Considera lamentável que o Oeste seja prejudicado, já que a 600m ninguém vai investir, sendo essa a razão do seu voto, por perceber que noutras regiões não acontece assim.-----

----Disse ainda que na Praia Azul a zona de proteção só num determinado terreno passa de 600m para 700m, solicitando os devidos esclarecimentos. -----

----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que partia do princípio que a alteração em apreço visa responder exclusivamente a uma imposição legal. -----

----No entanto a intervenção que a antecedeu foi pertinente e gostaria de perceber o seu enquadramento. -----

----No que diz respeito à Maceira parece-lhe que a expansão do campo de golf fica comprometida com esta atualização e gostaria de compreender se é uma mera conformação com a norma ou se é discriminatória em diferentes zonas do país e qual o impacto no concelho de Torres Vedras.-----

----Depois desta intervenção o *deputado municipal António Carneiro* lembrou sobre um projeto para implodir o hotel Golf Mar, fazendo-o recuar em relação à arriba, que foi reprovado porque todo o seu envolvente está em reserva ecológica nacional, com se não fossem todos beneficiados com a remoção daquele impacto visual. -----

----Em resposta à deputada municipal Rita Sammer o *Presidente da Mesa* fez notar que devem ter presente que a lei fala em alteração por adaptação, que nos termos do art.º 121.º decorre da entrada em vigor de regulamentos ou planos territoriais e esta alteração limita-se a transpor o conteúdo ao ato que foi previamente assumido.-----

----Alertou também o POCACE se sobrepõe aos instrumentos de âmbito concelhio, sendo a votação da assembleia municipal platónica, ou seja, uma mera declaração de aceitação, que mesmo que fosse de recusa não produziria efeitos.-----

----Pedi novamente o uso da palavra a *deputada municipal Rita Sammer*, fazendo notar que o POCACE foi feito por alguém, sendo resultado de uma posição política que em nada beneficia o nosso concelho podendo até constranger o desenvolvimento económico, e o que colega António Carneiro expos merece a preocupação do plenário.-----

----Assim e ainda que inócua a tomada de decisão, um repúdio sobre a matéria não lhes ficará mal. -----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse é realmente uma decisão platónica e que apesar do voto da assembleia “não contar para nada”, porque há um plano se sobrepõe, acha que era

importante saber a verdadeira vontade da câmara, em relação ao quem gostaria que fosse a atualização deste plano, que pode condicionar alguns investimentos.-----

-----Terminadas as intervenções o **Presidente da Câmara** informou que aquando da discussão pública do POCACE, a câmara municipal apresentou um conjunto de reclamações, algumas das quais foram aceites, na certeza que presentemente e atenta a experiência, outros valores de ordem ambiental se levantam no que se refere à proteção da orla costeira.-----

-----Assim a câmara municipal entendeu que a versão final aprovada carecia de alguns ajustes, mas este plano em nada coincide com o hotel e campo de Golf, para os quais há um contrato de urbanização para elaboração de um plano de pormenor com a empresa Águas do Vimeiro, que ainda não foi concluído.-----

-----Não sabem se será o melhor plano do mundo, mas a câmara municipal tem ao seu dispor mais instrumentos de gestão territorial para gestão da orla costeira, sendo importante hoje fazer esta adaptação e não têm margem para alterar o que for.-----

-----Concluídas as intervenções, passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista no n.º 1 do art.º 112, e para os efeitos previsto na alínea b) do art.º 121.º do Decreto-Lei, n.º 80/2015 de 14 de maio, aprovou por maioria de 22 votos a favor, 1 voto contra e 17 abstenções, a alteração ao Plano de Pormenor da Área de Aptidão Turística da Maceira e área envolvente por adaptação ao Programa da Orla Costeira – Alcobaça - Cabo Espichel (POC-ACE), sob proposta do Executivo Municipal, aprovada em 12 de novembro de 2019, com base na informação da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 5/11/2019, e que faz parte integrante do processo.-----

-----Anota-se que votou contra António Carneiro e se abstiveram os deputados municipais do PSD, CDS-PP, PCP, BE, TnL, Pedro Vasa, Rui Prudêncio, Nuno Cosme e Carlos Gomes.-----

Declaração de voto de António Carneiro:-----

-----“Sustento o meu voto contra pelo facto de ter plena consciência de que este POC-ACE resulta num claro prejuízo no tocante a prováveis investimentos turístico e pelo facto, como demonstra uma foto publicada no expresso de 23/11 da regra dos 600 metros não se aplicar, pelos vistos, no Algarve, em Troia ou na Comporta.”-----

12 - PROPOSTA N.º 62/CM/2019 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO E EXPLORAÇÃO DE FINS PUBLICITÁRIOS:-----

-----Presente ofício número 7529 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de novembro, a remeter, de conformidade com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 12/11/2019 o processo relativo ao procedimento concursal por lotes para atribuição do direito de uso privativo de espaço público para a instalação de mobiliário urbano para fins publicitários, em regime de

concessão, cujo valor total é de € 510.000,00.-----

----O **Presidente da Câmara** deu nota que o ponto em apreço resulta da necessidade de melhorar os equipamentos atuais que se encontram envelhecidos em todo o concelho e também de renovar os abrigos de passageiros com suportes urbanos para informação. -----

----Pretendem melhorar este ativo, tendo em vista as novas competências das juntas que entram em vigor no próximo mês de janeiro, melhorando o ordenamento do território e permitindo mais qualidade na prestação de serviços na área da mobilidade. -----

----O *deputado municipal* **Nuno Henriques** disse que a receita era da autarquia, mas pode ser partilhada com as juntas de freguesia, questionando sobre as taxas de publicidade nas vias principais junto à autoestrada que devem ser diferenciadas e se o regulamento distingue nesse sentido.-----

----O *presidente de junta da união de freguesias de Maxial e Monte Redondo*, **Celso de Carvalho** pegando na apresentação do edil e nas palavras do deputado que interveio antes, referente ao facto desta receita poder ser alocada às juntas de freguesia, disse que o grupo municipal do PS entende que com o valor (€510.000,00) poderia ser criado um Fundo de Emergência da Proteção Civil que desse resposta a situações mais graves e urgentes.-----

----Disse ainda que a autarquia poderia elaborar um regulamento para o efeito, e que através deste fundo poderiam socorrer qualquer freguesia do concelho, no sentido de que não há nenhum orçamento capaz de dar resposta, de um dia para o outro, a intempéries. -----

----Seria um fundo que poderia de imediato dar resposta a qualquer fatalidade, lembrando que as alterações climáticas estão na ordem do dia. -----

----O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto**, disse que a informação que lhes foi disponibilizada e a explicação do edil não o deixou esclarecido, questionando informação detalhada sobre o que se pretende. -----

----A *deputada municipal* **Rita Sammer** disse que o Grupo Municipal do PSD nada obsta à criação de um fundo, no entanto a proposta teria que ser clarificada para então ser discutida. -----

----De novo no uso da palavra o *autarca* **Celso de Carvalho**, esclareceu que o grupo municipal do PS ainda não formalizou a proposta porque a mesma carece de um regulamento e hoje apenas queriam colher dos grupos municipais contributos para o mesmo. -----

----O **Presidente da Câmara**, abordando a intervenção do deputado municipal Nuno Henriques, esclareceu que os outdoors já estão concessionados às juntas e a associações e não estão englobados neste modelo de concessão. -----

----Estão a falar de sinalização vertical direcionada às empresas referente a postes com 5 ou 6 setas e o objetivo é a uniformização de todo o território. -----

----No que se refere aos abrigos, o concelho tem equipamentos de última geração, mas também

tem alguns do século passado, e quem ficar com a concessão pode explorar a publicidade destes espaços. -----

----Mais informou que é uma receita da câmara, parecendo-lhe sensata e interessante a vários níveis a proposta apresentada pelo autarca Celso de Carvalho, manifestando a abertura da autarquia para iniciar um procedimento regulamentar para o efeito. -----

----Reafirmou que nesta fase o objetivo é ordenar o que está desordenado e renovar o parque de abrigo de passageiros. -----

----Nesta sequência, o *deputado municipal* **Nuno Henriques** assinalou que era bom salvaguardar alguns desses locais para publicidade para associações para promover a sua atividade. -----

----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** disse que nada tinha a opor quanto à concessão. -----

----Fez notar que a necessidade de as empresas identificarem os locais onde estão deriva do facto de não existir um bom parque empresarial, onde pudessem existir uma grande concentração de empresas sendo do conhecimento geral a sua localização. -----

----Lembrou que a TVPar nunca avançou e o facto de as empresas estarem dispersas por todo o concelho faz com que haja essa necessidade. -----

----Alertou que a autarquia pode e deve concessionar, mas deve atuar como agente regulador para os preços não serem inflacionados e inoportáveis para as empresas. -----

----Quanto à proposta apresentada pelo autarca Celso Carvalho, parece-lhe prematuro discutir um destino para esta verba, lembrando que ano pós ano continua a falta à autarquia cerca de €5.000,00 para instalar multibanco na Feira de S. Pedro, mas o Grupo Municipal do CDS-PP está disponível para esse debate. -----

----O *presidente de junta de Ponte do Rol*, **Pedro Vasa** deu nota que no seu programa eleitoral, consta a uniformização da sinalética das empresas, necessidade que quase há um ano transmitiu ao edil, que respondeu para fazer um levantamento, mas após a discussão deste ponto não sabe se fez trabalho sem ser necessário. -----

----Questionou se as placas indicativas nomeadamente de de associações e juntas obedecerão aos mesmos critérios e se terão custos pois sabe que depois de todas as competências serem transferidas, este tipo de publicidade continua consignado na autarquia. -----

----O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** questionou se no final da concessão o mobiliário reverte para o município e qual o prazo previsto. -----

----Tendo surgido de alguns deputados municipais dúvidas quanto à transferência desta competência o **Presidente da Câmara** esclareceu que não vai ser transferida, e que em sede de concessão as receitas não são das juntas. -----

----Esclareceu ainda que a sinalética referida pelo autarca não está incluída neste procedimento concursal pois estão só a falar da sinalética vertical com publicidade e de reformular o parque de

abrigo de passageiros.-----

-----Esclareceu ainda que esta proposta foi o resultado de um levantamento que fizeram nos últimos 6/7 meses, no sentido da uniformização todo o território nesta vertente. -----

-----Em resposta ao deputado municipal Pedro Castelo informou que a Feira de S. Pedro tem no seu perímetro um multibanco. -----

-----No tocante aos prazos informou que para os lotes 1 e 2 são 5 anos e no final a sinalética reverte para o município e para o lote 3, 10 anos. -----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência, prevista na alínea p), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 31 votos a favor, e 8 abstenções autorizar a concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de mobiliário urbano e exploração de fins publicitários em regime de concessão, cujo valor é de € 510.000,00, - Lote 1: direito de uso privativo de espaço público para a instalação de mobiliário urbano e exploração de fins publicitários no perímetro urbano da cidade de Torres Vedras – postes e caixas – valor base € 105.000,00; Lote 2: direito de uso privativo de espaço público para a instalação de mobiliário urbano e exploração de fins publicitários no Concelho de Torres Vedras – postes e caixas - valor base € 105.000,00; Lote 3: direito de uso privativo de espaço público para a instalação de mobiliário urbano e exploração de fins publicitários no Concelho de Torres Vedras – SUPIS (suporte urbano para informação) e abrigos de passageiros com supis - valor base € 300.000,00. -----

-----Anota-se que votaram a favor os deputados municipais do PS, PCP, Pedro Castelo, BE, TnL e Pedro Germano. -----

-----Encontrava-se ausente da sala João Pedro Gomes. -----

13 - PROPOSTA N.º 63/CM/2019 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO “PROJETO MATRIZ” – BOLSA DE CRIAÇÃO – CRUZAMENTOS DISCIPLINARES EM ARTES PERFORMATIVAS:-----

-----Presente ofício número 5946, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/09 a remeter a proposta de regulamento em título. -----

-----O **Presidente da Câmara** deu nota que se trata de um regulamento importante para o território, tendo em conta a missão do Teatro-Cine de Torres Vedras, no sentido de se definir estratégias locais capazes de proporcionar o devido incentivo a apoio, oferecendo condições e financiamento para a produção e apresentação das suas obras, a somar ao trabalho que o município já desenvolve no domínio da cultura, para o qual se podem candidatar estruturas de criação ou criadores em nome individual com idade superior a 18 anos. -----

-----Deu nota ainda que de momento estão a desenvolver um Plano Estratégico de Cultura, para que Torres Vedras se afirme nesta área. -----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques*, começou por referir que solicitou informações e já recebeu alguma e de aludir ao facto de já ter várias vezes afirmado neste plenário que faz falta o Conselho Municipal de Cultura num concelho com esta matriz cultural.-----

-----Questionou o que se entende por artes performativas e qual a relação que a pessoa deve ter com o território de Torres Vedras.-----

-----Reportando-se ao artigo 5.º que refere a composição do júri, que é formado, entre outros, pelo Diretor Artístico do Teatro Cine e que aparece com uma predominância muito grande, questionou se o seu contrato vai ser renovado, se é em exclusividade ou não. -----

-----Disse também que não sendo ilegal parece-lhe politicamente estranho que seja representado por uma sociedade comercial, ter outras ocupações e de não estar em exclusividade no teatro cine e no concelho.-----

-----Por último inquiriu se o seu trabalho não coincide com as funções do chefe de divisão e dos trabalhadores afetos à divisão, tendo solicitado informação sobre as habilitações e síntese curricular dos mesmos, uma das questões que ainda não viu respondida, pois entende que, com as ferramentas que hoje têm ao dispor não necessitavam de ter tantos trabalhadores afetos a esta área, mas de serem mais qualificados. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* reportando-se ao art.º 5.º do regulamento em discussão indagou se faz sentido num júri, que se quer capaz e independente, a Vereadora da Cultura fazer parte do mesmo.-----

-----Também para reforçar esta questão pronunciou-se a *deputada municipal Rita Sammer*, questionando a razão da constituição do júri ser esta e não outra, pois parece-lhe que as questões da cultura deviam estar arredadas das questões políticas e decisões partidárias e com que fundamento a vereadora assume esta composição do júri.-----

-----Para responder a algumas questões, foi dada a palavra ao *Presidente da Câmara* que começou por informar que estavam a falar de teatro, musica e dança, e qualquer pessoa oriunda de qualquer parte do planeta se pode candidatar desde que cumpra os critérios do art.º 3.º. -----

-----Quanto ao diretor do teatro cine informou que não está em regime de exclusividade, e que na presente data é este, mas amanhã poderá ser outro. -----

-----Deu nota ainda que o Teatro-Cine de Torres Vedras é nos dias que correm uma referência nacional em matéria de programação nos vários domínios das artes. -----

-----No tocante ao facto da Vereadora da Cultura fazer parte do júri, lembrou que estão em democracia onde de 4 em 4 anos o escrutínio é plural e os políticos são responsáveis e podem exercer suas funções com transparência e clareza em relação a um projeto desta natureza. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* questionou se na consulta pública houve reclamações distintas da referida na intervenção do público pelo munícipe Rui Matoso e que clarificasse sobre a

nacionalidade dos concorrentes. -----

-----Uma vez que foi citada em algumas intervenções o edil solicitou que fosse dada a palavra a *Vereadora da Cultura Ana Umbelino*. -----

-----Devidamente autorizada a Sra. Vereadora começou por esclarecer que no período de consulta pública apenas receberam a manifestação de um cidadão que já expôs os seus argumentos ao plenário, que foram refutados pela análise do gabinete jurídico porque o argumento de que a integração do vereador da cultura no júri é ilegal e inconstitucional, não tem qualquer tipo de substancia, não tendo o cidadão ripostado.-----

-----Mais esclareceu que essas afirmações radicam num erro que remeteu para a leitura dos critérios que serão tomados em conta na avaliação, onde não é feita referência a qualquer dimensão estética a juízos estéticos que sejam feitos sobre o projeto.-----

-----Disse que no regulamento em apreciação são enunciados vários critérios como a relevância, originalidade, pertinência do projeto, percurso do criador ou da equipa artística, tendo sido integrado um propositadamente por o considerarem bastante importante, o qual remete para o impacto social, que é algo que deve ser avaliado por elementos que tem responsabilidades em termos de definição estratégica no âmbito da cultura, e tem um impacto de 25% de ponderação.---

-----Frisou que o município de Torres Vedras e esta gestão não pode ser acusada de qualquer tipo de influência naquilo que são opções de natureza artística em relação aos equipamentos culturais que estão sob a sua gestão, podendo dar vários exemplos de pessoas que são militantes do BE que já apresentaram projetos positivos nos mesmos.-----

-----Também não lhe parece que haja qualquer tipo de influência ou de orientação, a questões de natureza estética, nem esse tipo de dimensão ou de camada é tida em conta na apreciação que é efetuada.-----

-----Acrescentou que a ideia de convocar um júri plural é no sentido de poder aportar diversidade de pensamento e não lhe parece que seja despiciente, o contributo do vereador da cultura que é responsável em última instância por desenhar de forma participada, aquela que é a estratégia cultural dos munícipes, por eles eleito e tem a sua confiança para tal. -----

-----Deu nota ainda que estratégia cultural do município assenta na colocação de pessoas de reconhecido mérito, em diversos domínios artísticos e por isso têm o João Garcia Miguel detentor de um currículo validado e legitimado, quer pelo meio artístico quer inclusivamente por instâncias internacionais.-----

-----Assim, discorda em absoluto com as afirmações do deputado municipal Nuno Henriques, que o chefe de divisão ou técnicos da cultura poderão substituir aquilo que é um diretor artístico de um teatro, o que lhe parece um claro retrocesso em matéria de política cultural e está nas antípodas do que defendem, que remete para que cada espaço deve ter uma direção artística qualificada e

perspetivante e tem sido esse o grande objetivo da atual gestão camarária. -----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que ouviu atentamente a explicação da vereadora sendo sua convicção que deve preservar-se mais e não fazer parte deste júri até para poder ser destinatária de recurso, se houver matéria e se alguém quiser recorrer.-----

----O executivo foi eleito, decidiram esta ser a forma correta, mas o TnL não concorda.-----

----Pedi para usar da palavra o *deputado municipal Nuno Henriques* para defender que jamais levantou ou pôs em causa a idoneidade curricular ou o nome de seja de quem for, pelo contrário disse que a câmara municipal há data tem técnicos altamente qualificados e experientes para assumirem e haver uma gestão cultural mais equilibrada e sustentada. -----

----Não se registaram mais intervenções e passou-se de imediato á votação.-----

----A Assembleia Municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria, de 29 votos a favor, 8 votos contra e 3 abstenções aprovar o Regulamento Municipal de Funcionamento e Participação no “Projeto Matriz” – Bolsa de Criação – Cruzamentos Disciplinares em Artes Performativas.-----

----**Declaração de voto do PSD:**-----

----“O nosso sentido de voto resultou da discussão que se produziu na apresentação deste ponto.

----Muito estranham que a Câmara Municipal tenha perdido totalmente o controlo na apresentação desta matéria que nos merecia algumas questões, mas não a discordância como foi ficando patente, e foram utilizados alguns argumentos que nos preocupa e ditas algumas coisas que nos preocupa ainda mais. -----

----O argumento da eleição legítima para governar, mas não legitima para tudo e mais alguma coisa, muito menos pode ser utilizado para calar intervenções discordantes e desvirtuar o que nós dissemos.-----

----Independentemente da eleição e do valor das pessoas que são eleitas que nunca foi posto em momento nenhum posto em causa, nem foi feita nenhuma referência pessoal à pessoa da Vereadora Ana Umbelino ou a quem quer no âmbito do departamento da cultura, agora o que defendemos e o que dissemos e relativamente a isto gostávamos de ter tido algum esclarecimento é que no nosso entendimento a cultura não deve passar pelo crivo político/partidário e neste sentido, era desejável que houvesse essa separação.-----

----Não conseguem compreender o nervosismo à roda desta questão e porque lhes pareceu um pouco absurdo, na dúvida, entenderam que não estavam em condições de votar a favor.”-----

14 - PROPOSTA N.º 30/AM/2019 - RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO EVENTUAL PARA O ENSINO SUPERIOR EM TORRES VEDRAS:-----

----Presente Relatório Final da comissão em título que foi apresentado pela sua presidente Leonor Marinheiro e deu nota das conclusões do mesmo, assim: -----

-----“O Órgão Deliberativo decidiu ao abrigo da alínea do n.º 1 do art.º 24 do regimento da Assembleia Municipal, alínea c) do n.º 1 do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, constituir a Comissão Eventual para o Ensino Superior do concelho de Torres Vedras, o que merece um apontamento especial pela vontade política na assunção de forma organizada e sustentada, do desenvolvimento do ensino superior no território.-----

-----Esta comissão após o término do estudo apresenta este relatório final que se constitui como um indicador do resultado dos diagnósticos efetuados retirando as principais conclusões.-----

-----Apesar das limitações nomeadamente o número reduzido de respostas das empresas de referência do concelho de Torres Vedras, a limitação por utilizar unicamente dois questionários um da DGES e outro da DGEEC, bem como a breve recolha de opiniões e informações da vereação da educação e coordenação do Núcleo do IPL em Torres Vedras, nada se opõe a que possamos retirar as nossas conclusões.-----

-----Baseados nos diagnósticos realizados começamos por salientar que a maior expectativa do percurso escolar se centra nas idades mais precoces diminuindo com o decorrer do tempo especialmente por desmotivação, a procura de autonomia financeira, as dificuldades económicas e o acesso ao ensino superior, matérias preocupantes que merecem uma análise detalhada.-----

-----Apraz-nos registar que globalmente se infere um significativo interesse pela continuidade dos estudos em matéria de formação no pós-secundário.-----

-----Os TESP surgem com grande significado para os alunos mais velhos sendo a Universidade a preferência para os mais novos. O facto dos cursos TESP permitirem a entrada na licenciatura sem o recurso a exames, pode ser a razão da opção pelos alunos mais velhos o que remete para a necessidade de um estudo exaustivo nesta questão.-----

-----O Politécnico também é opção dos alunos mais novos diminuindo o interesse com o decorrer dos anos.-----

-----A área da Educação está seriamente comprometida pela falta de interesse dos jovens, o que nos parece matéria de preocupação num futuro próximo.-----

-----Os jovens valorizam as suas opções de acordo com os seus gostos e interesses tendo ainda em atenção as oportunidades de emprego, a qualidade dos cursos e o facto de serem cursos de prestígio.-----

-----Em termos de respostas locais a situação não é favorável uma vez que a esmagadora maioria dos estudantes tem de se deslocar por falta de alternativas no concelho, o que pressupõe gastos económicos adicionais e substanciais, considerando as despesas obrigatórias como deslocações, alojamento, entre outras.-----

-----Na nossa interpretação, esta exigência para prosseguimento de estudos pode provocar uma desigualdade de oportunidade daqueles cujos horizontes pode ficar comprometido pela condição

económica para suportar todos os custos financeiros que exige um curso superior. Neste sentido o desenvolvimento deste nível de ensino no nosso concelho pode impulsionar a esperança a algumas famílias e jovens para este percurso de vida académica. -----

----Numa complementaridade de entendimento pensamos ainda que uma maior oferta de ensino superior no concelho pode responder de forma mais eficaz às expectativas individuais dos jovens residentes em Torres Vedras, abrindo janelas de oportunidades no mercado de emprego e nos objetivos de desenvolvimento do território.-----

----Numa outra dimensão verificámos que as constantes presenças de cursos direcionados para as áreas da Saúde marcam destaque pelos resultados analisados e também pelas intenções do Executivo Municipal.-----

----Com a assinatura do Memorando de Entendimento entre a Câmara Municipal de Torres Vedras e a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, para futura utilização do edifício do antigo Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior, pode abrir-se um novo e importantíssimo ciclo de vida académica na região. -----

----Entendemos que o trabalho desenvolvido por esta CEES teve um impacto fundamental nesta matéria, considerando que o relatório intercalar, com o balanço da atividade desenvolvida pela comissão, foi utilizado como documento de referência para a aprovação de mais uma resposta do Ensino Superior em Torres Vedras com o projeto do Campus de Saúde pela Faculdade de Medicina de Lisboa.-----

----No que concerne aos resultados da análise das necessidades de formação das empresas, existem 3 empresas num universo de 14 sem qualquer tipo de plano de formação, o que nos parece relevante de assinalar. Acresce ainda em algumas situações o registo da falta de disponibilidade dos trabalhadores para formação. Elencar as necessidades de formação de ensino superior das empresas não é objetiva nem clara uma vez que as áreas são as mais variadas dependendo da especificidade de cada uma. -----

----Face aos dados apresentados no Balanço de Atividade da Comissão em 2019, no que se refere aos cursos mais escolhidos pelos residentes no nosso concelho, verificou-se a Licenciatura em Contabilidade e Administração no ISPO esteve sempre no topo das escolhas e, no período analisado, contou sempre com mais de duas dezenas de aulas inscritos em pós-laboral. -----

----Junto da coordenação do Núcleo do IPL em Torres Vedras, podemos inferir que existe interesse da instituição em reforçar e gradualmente aumentar a oferta de cursos no nosso concelho. -----

----Com o encerramento das Licenciaturas no ISPO reabriu-se uma lacuna que facilmente poderia ser preenchida pelo IPL.-----

----Tratando-se de ensino superior público e com uma boa divulgação da oferta formativa, a

CEES acredita que os números tenderiam a aumentar. -----

----O forte empenhamento na qualificação procurada pelos jovens torrienses reforça a visão de que é fundamental continuar com propostas de melhoramento, alargando e aprofundando o ensino superior no concelho de Torres Vedras e com oportunidades para todos. -----

----No portal da educação de Torres Vedras, encontra-se uma mensagem da vereadora das Áreas de Atividade Física, Educação e Financeira, Laura Rodrigues, com os seguintes excertos:--

----“Torres Vedras assume o investimento na Educação, nas suas diferentes vertentes, como estratégico e prioritário para o município, consciente de que cidadãos mais escolarizados, mais qualificados e mais esclarecidos são cidadãos com maior consciência cívica, maior capacidade crítica, mais tolerantes e potencialmente geradores de um tecido social e económico de maior qualidade. -----

----É um desígnio e continuará a ser, por parte da CMTV, manter em todo o momento, a disponibilidade incondicional para analisar e avaliar os problemas e procurar respostas e potencialidades educativas, no diálogo permanente com a comunidade educativa e com todos os parceiros locais.”-----

----Corroborando plenamente com este desígnio a CEES espera que a análise profunda e sistemática a que a Câmara Municipal de Torres Vedras se propõe acompanhe as mudanças constantes e as incertezas dos tempos para um concelho ainda mais competitivo, atrativo e inovador.”-----

----Teve a palavra o *deputado municipal Sérgio Jacinto* que parabenizou a interlocutora anterior enquanto coordenadora, pelo trabalho que a comissão fez sobre matéria vital para o município de Torres Vedras e quaisquer outros designadamente aqueles que tenham características similares ao nosso e se dúvidas houvesse, basta ver o que o era Peniche, Leiria ou Caldas da Rainha antes de terem ensino superior. -----

----Depois de os autarcas de então de Torres Vedras terem empurrado potencial ensino superior para Coimbra, os autarcas de agora estão preocupados em atrair ensino superior de qualidade público ou privado, preferencialmente público para o município, e esse é um fator de desenvolvimento e sustentabilidade e contará o Executivo com o apoio do TnL nas políticas e nas *démarches* que desenvolverem nesse sentido. -----

----Considera mais importante para Torres Vedras fixar ensino superior de qualidade do que uma grande indústria, pois, para além de vantagens económicas, traz questões de natureza sociocultural e de desenvolvimento da população e também fixação da mais jovem. -----

----Defendeu que é matéria relativamente à qual devem estar todos em sintonia e divulgar as conclusões do relatório em apreço e os desafios que têm, não só para o tecido empresarial, como para as associações e para a sociedade civil sendo este o desafio do município de Torres Vedras.

-----A *deputada municipal* **Marta Gerald** começou por lembrar que esta comissão teve origem numa proposta do grupo municipal do PSD e também parabenizou toda a comissão e a sua coordenadora.-----

-----Sinalizou que foi bom terem tido a presença do responsável do IPL de Torres Vedras que lhes forneceu respostas e deu a conhecer o que pretendem trazer para Torres Vedras nos próximos anos.-----

-----Pensa que há muito caminho a percorrer, manifestando o apoio deste grupo municipal nos esforços e medidas que potenciem em Torres Vedras o ensino superior de qualidade, ligado ao tecido empresarial, lembrando que há casos de sucesso no país que começaram com a instalação de grandes polos empresariais, que necessitaram de investigação e trabalhadores qualificados. ---

-----Referiu que o relatório em apreciação espelha os resultados, as preocupações e os anseios dos jovens torrienses, agradecendo a colaboração do município para a obtenção de dados, que lhes permitiu terem uma noção do que pretendem, sendo um bom instrumento de trabalho para o município, a fazer chegar ao tecido empresarial e à sociedade civil.-----

-----O *deputado municipal* **António Carneiro** também teceu algumas considerações sobre o relatório, expressando os seus parabéns pelo notável trabalho de investigação e levantamento de necessidades, produzido pela comissão.-----

-----No seu entender têm que ser realistas e olhar para o mapa tendo em conta a proximidade a Lisboa sendo difícil fixar ensino superior no concelho que não seja ligado à área empresarial.-----

-----Referiu-se ao facto de Torres Vedras ter vocação agrícola, tendo o ISPO tentado ter cursos tecnológicos nessa área e não conseguiu.-----

-----Deu nota ainda que a razão do insucesso do ISPO teve a ver com a diferença do valor das propinas entre o público e o privado.-----

-----Por último sugeriu que centrassem esforços na criação de um politécnico na área agrícola ligado ao IPL ou então um politécnico próprio centrado na gestão.-----

-----O *deputado municipal* **Nuno Henriques** em reforço da intervenção anterior, acrescentou as áreas do mar, desportos náuticos e ambiente, salientando a necessidades de assegurar os doutoramentos e pós-graduações.-----

-----Tendo em conta a intervenção do colega António Carneiro o *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** alertou que a distancia entre Caldas da Rainha e Leiria é sensivelmente a mesma que entre Torres Vedras e Lisboa.-----

-----Defendeu que devem considerar a proximidade de Torres Vedras a Lisboa um desafio e uma mais-valia e não uma desvantagem.-----

-----O *deputado municipal* **Rui Lopes** disse que a comissão procurou fazer um diagnóstico das necessidades locais, desde logo dando nota que o IPL fez uma tentativa área da segurança,

higiene no trabalho e manuseamento de produtos alimentares, sem sucesso, apesar da elevada procura por parte de empresas do concelho.-----

-----Relativamente à agricultura lembrou que esta assembleia municipal já aprovou a participação do município de Torres Vedras na “SMART FARM COLAB” – Laboratório Colaborativo para a Inovação Digital na Agricultura” que envolve uma série de parceiros e universidades que tentará puxar à génese do território.-----

-----Na reunião com o diretor do IPL também abordaram a vertente de tentar oferecer cursos enquadrados na identidade do território, mas souberam que as áreas mais procuradas são a tecnologia e a robótica, sendo que esta última, Leiria ainda não tem e quanto à aposta no mar sabem que Peniche está a trabalhar nesta área e têm que respeitar.-----

-----A ideia de trazer mais cursos é interessante, mas a comissão pretendeu na primeira fase saber quais as áreas mais procuradas pelos alunos do concelho para o ensino superior apurando que são, gestão, medicina e direito, para as quais existem inúmeras universidades com prestígio a nível nacional.-----

-----A questão da proximidade com Lisboa é importante, assim como a questão do valor dos passes e também têm que aferir a viabilidade do laboratório colaborativo que referiu, pois poderá ser melhor do que qualquer universidade no sentido de fixar os alunos formados no concelho.-----

-----Defendeu que Torres Vedras está a trabalhar bem, mas têm que ter em atenção Leiria e Peniche e não vale a pena estar a esvaziar outros polos em áreas que estão a ter sucesso considerando que estão no bom caminho.-----

-----Teve de seguida a palavra a *deputada municipal Rita Sammer* dizendo que este relatório alerta e bem para a necessidade de terem a mente aberta, sendo esse o caminho que devem seguir, dando como o exemplo o concelho de Oeiras, que está colada a Lisboa e já se está a transformar num importantíssimo polo universitário.-----

-----Mais do que a localização geográfica o que está em cima da mesa é a qualidade, o reconhecimento científico, o prestígio das instituições e o grau de diferenciação pretendido e têm que perceber que também o que os vai distinguir é a qualidade das parcerias que conseguirem estabelecer, com instituições com elevado reconhecimento científico e elevado prestígio, outro caminho não interessa.-----

-----Teve de seguido a palavra o *Presidente da Câmara*, que desde logo congratulou o trabalho da comissão.-----

-----Julga que estão a dar passos seguros para poder captar ensino superior para Torres Vedras, dando nota que o município recentemente fez contactos para estabelecer uma parceria com a Lusófona e o Aero clube de Santa Cruz.-----

-----Referiu que o relatório vem contribuir positivamente para a visão estratégica do executivo

municipal, para atrair ensino superior, poder fixar os jovens ao território e poder captar novos talentos que é determinante com vista a aumentar a coesão social, em cooperação com todas as instituições, estando convencido que no futuro vão fazer de Torres Vedras uma referência na área do ensino superior. -----

----O *deputado municipal João Pedro Gomes* também felicitou a coordenadora da comissão pensando ser este o caminho a seguir. -----

----No seu entender não podem considerar a proximidade a Lisboa como um prejuízo e dentro das áreas que Torres Vedras pode fornecer a nível de saídas profissionais, também se pode apostar no mar, agricultura e pecuária entre outras, mas não podem ter uma perspetiva tão redutora. -----

----Salientou que Torres Vedras também oferece aos estudantes menores custos e melhor qualidade de vida, sendo estes também fatores importantes na altura de decidir. -----

----O *deputado municipal António Carneiro*, disse que quis significar que é handicap se querem apostar em cursos que há em Lisboa e que se deviam concentrar esforços numa área que tenha vantagem competitiva, tal com a agrícola, devido ao potencial existente no território. -----

----Tendo em conta a intervenção anterior, o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* fez notar que existem algumas questões contraditórias no que se refere a este assunto. -----

----Desde logo informou que existe ensino superior agrícola em Torres Vedras há cerca de 6/7anos na Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal, em parceria com a Escola Superior Agrária de Santarém, através dos cursos TESP. -----

----Quanto às questões de proximidade deu nota ainda que para estes cursos, como primeira escolha, vieram 20 alunos de bons colégios de Lisboa. -----

----Lembrou que estes cursos têm que ser implementados com certas condições que não podem ser conseguidas de um dia para o outro. -----

----Frisou que também esteve presente na reunião com o Dr. Gamboa do IPL, percebendo que há uma certa renitência em dar o passo para ter licenciaturas pós-laboral, para o qual pediu colaboração para a escola que dirige, mas os alunos tiveram de ir para o ISPO e com a descontinuação, para Santarém por causa das propinas. -----

----Agradeceu à coordenadora Leonor Marinheira e à colaboradora do núcleo de apoio à assembleia municipal Vânia Bizarro, por todo o trabalho que este relatório traduz e que servirá de ferramenta de diagnóstico. -----

----Não se registaram mais intervenções tendo o documento sido votado de seguida. -----

----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, o relatório final da Comissão Eventual para o Ensino Superior em Torres Vedras. -----

8 - PROPOSTA N.º 55/CM/2019 - TOMADA DE CONHECIMENTO DA PRESTAÇÃO DE

CONTAS INTERCALAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS - 1.º SEMESTRE 2019: -----

-----Presente ofício número 6354, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 4/10/2019 a remeter, informação em título para conhecimento do órgão deliberativo, que foi apresentada ao executivo, em sua reunião de 01/10/2019. -----

-----O **Presidente da Câmara** assinalou que nos primeiros seis meses de atividade de 2019 as contas do município, devidamente validadas pelos revisores oficiais de contas, traduzem uma boa gestão. -----

-----Agradeceu aos técnicos da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e Promotorres que elaboraram os documentos em apreço, que apresentam bons indicadores e nos quais se revê enquanto presidente da câmara. -----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* pediu a palavra para assinalar que o relatório em discussão tem alguns sinais contraditórios, desde logo porque tem resultados positivos, mas inferior em cerca de € 1.783.609,00 ao de igual período no ano findo. -----

-----Relativamente à introdução que o edil fez aquando da discussão do IMI, fez notar que houve uma subida de €108.268,00 relativamente à receita dos impostos e taxas arrecada em 2018.

-----Assim, lembrou que a partir de 2019, pela primeira vez, existiu a divisão em 3 prestações do IMI, registando que a receita dos impostos diretos e indiretos corresponde a mais de 30% do orçamento da câmara municipal. -----

-----Reportou-se aos custos ocorridos durante o primeiro semestre de 2019, para referir um conjunto importante de verbas gastas, nas quais se incluiu maioritariamente o aumentos dos custos com o pessoal, sem esquecer a integração de trabalhadores no âmbito do PREVPAV, lembrando que sempre foi dito que não implicava aumento de despesa, mas verifica-se, como calculavam, que tem reflexos, assim como os cortes da *troika* que foram agora repostos, uma vez que se procedeu ao descongelamento de carreiras e atualização da base remuneratória.-----

-----Referiu que perplexamente os custos os com eletricidade diminuíram, bom em termos ambientais mas com repercussões orçamentais e também os custos com RSU registaram um decréscimo de €124.895,30 de 2018 para 2019. -----

-----Ainda em sede de custos salientou o facto de a despesa com os trabalhos especializados ter aumentado € 273.650,93 face a 2018, assim como os custos com eventos e iniciativas terem registado um aumento inequívoco de €166.941,43, não podendo deixar de referir que os grandes eventos, Carnaval e Feira de S. Pedro são organização da Promotorres, E.M -----

-----Deu nota ainda que as transferências correntes para as juntas de freguesia têm estado a diminuir desde 2017, registando-se a manutenção das verbas para associações sem fins

lucrativos.-----

----Por último assinalou que houve verbas adicionais provenientes das transferências do estado para algumas obras sendo bom ter este exercício resultado positivo, mas urge acelerar a construção dos centros educativos.-----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* começou por lembrar aquando da discussão dos documentos previsionais dos SMAS na reunião anterior, ficou por abordar a questão de terem sido confrontados há uns meses com uns estudos para a criação de uma eventual empresa municipal para gerir uma parte da sua atividade.-----

----Nesta sequência questionou que estudos houve, quais as suas conclusões e perante as mesmas qual o caminho que a câmara pretende tomar e por último qual a visão do edil acerca dos SMAS e o que deve ser a estratégia no futuro próximo.-----

----Foi de seguida dada a palavra ao *Presidente da Câmara*, o qual desde logo abordou a questão do PREVPAV informando que o valor referente a 2018 estava alojado na rubrica “prestação de serviços” e em 2019 como já estão no quadro está em “despesas com pessoal”, onde também consta a despesa referente ao ajustamento das carreiras.-----

----Também esclareceu que criaram a Área de Produção de Eventos, para fazer face às necessidades dos serviços de terem um centro de custos, para todas as atividades da área realizadas pela câmara municipal, que estavam diluídos por rubricas de várias áreas que realizam eventos.-----

----Quanto à transferência de verbas para as juntas de freguesia informou que no presente ano vão consolidar as transferências correntes e de capital, dando nota que não há memória de terem em construção cinco equipamentos educativos, com um valor considerável sendo impossível acelerar mais, esperando ter empresas a concorrer para as que irão lançar a curto prazo.-----

----É uma das prioridades do Executivo, no qual estão muito focados.-----

----No tocante à questão dos SMAS esclareceu se pretende olhar para os vários cenários, uma vez que atualmente gere a água e o saneamento, estando os resíduos sólidos urbanos alojados na Câmara Municipal.-----

----Assim um dos cenários pode passar pela criação da empresa municipal, e outro que possam integrar nos SMAS para além da água e, a gestão dos RSU, sendo esta a sua visão com os dados disponíveis à data, pensando que em 2020 será feita uma decisão quanto a esta matéria.-----

----A *deputada municipal Rita Sammer* lembrou que na última reunião a discussão dos documentos previsionais ficou um pouco curta, devido à decisão de votar para despachar tendo em conta o avançar da hora e iria voltar ao assunto, porque o edil disse que a propósito do sentido de voto do PSD, que ia estar contra tudo e contra todos.-----

----Assim, frisou que o PSD é a favor do investimento do parque escolar e só lamenta que esteja

a ser tardio, contudo é contra a subserviência ao estado central em que interesses e compromissos ou pressões sobre o PSD se sobrepuseram aos interesses do concelho e dos torrienses e nesse sentido foram aceites transferências de competências que acontecerem, apesar de escolas do concelho ficarem fora da classificação de escolas prioritárias, o que compromete as legítimas expectativas das comunidades educativas na requalificação destas escolas, e não sabem o que vai acontecer. -----

----- Também frisou que o PSD é a favor de todas as medidas que visem as reduções das emissões de carbono, contudo é contra a arbitrariedade da tomada de decisão sobre as medidas a adotar, é contra o desprezo do direito à informação por parte dos munícipes, é contra o atropelo às mais elementares regras do bom senso na gestão do espaço público, e é contra a adoção de soluções técnicas discutíveis que objetivamente comprometem a segurança dos cidadãos quer andem de carro, a pé ou bicicleta. -----

----- O PSD é favorável ao investimento na economia do concelho, nomeadamente no turismo, contudo é contra a aquisição obscura de imóveis a empresas ou particulares, para construção de unidades hoteleiras, com dispensa de pagamento, taxas ou compensações em espécie considerando esta aquisição obscura, que não tem sequer que ficar expressa nos documentos previsionais do município. -----

----- Acrescentou que de facto no orçamento para 2020, a aquisição do prédio no valor total de €600.000,00 está parcialmente realizada, e não se recorda de ter havido alguma revisão do orçamento que permitisse a criação dessa rubrica, que depois fica espalhada por mais dois anos, sendo curioso que a despesa está lá, mas a respetiva contrapartida na receita, não está, não consegue estar. -----

----- De seguida deu nota que no presente mandato e até à data em que estão aprovadas as atas, a Assembleia Municipal emitiu 177 deliberações, destas o PSD votou favoravelmente 157, absteve-se em 9 e votou contra 11, ou seja, uma taxa de aprovação de 88,7 %, pensando que esta taxa não se compagina com “quem vota contra tudo e contra todos”. -----

----- Concluiu dizendo que o PSD é a favor de medidas e ações que promovam efetivamente a melhoria das condições de vida dos torrienses, que promovam o desenvolvimento económico e social do concelho, contudo é contra o discurso, ou fantasioso de Torres Vedras como território líder, ou de referência nacional, tendo mais que com uma pesquisa de notícia na internet sobre o concelho em meios de comunicação social nacional, apresenta à cabeça duas notícias: Patrulha da GNR acaba à facada Torres Vedras e o Presidente da Câmara Municipal vai ser julgado de plágio na tese de doutoramento, o que não é nada prestigiante. -----

----- Neste sentido, recomendou ao edil que saia da sua bolha virtual, assente os pés na terra e que seja mais cuidadoso e rigoroso quando falar do PSD. -----

-----O **Presidente da Câmara** lembrou que o PSD votou legitimamente contra o orçamento, mas não pode por em causa os técnicos da câmara municipal que prepararam o documento dentro do enquadramento legal existente no país e de acordo com as regras contabilística em vigor. -----

-----Disse ser um presidente da câmara feliz pois estão no meio do mandato sendo este o momento ideal para fazer um balanço daquilo que é o contributo do PS e de todos os seus eleitos, na câmara municipal, assembleia municipal e em cada uma das juntas de freguesia. -----

-----Assim deu nota que no mês de março:-----

-----Torres Vedras foi classificado como monumento nacional nas Linhas de Torres Vedras.-----

-----O Carnaval de Torres Vedras foi distinguido com uma menção honrosa de mérito turístico.-----

-----O programa “Mexa-se para a vida” foi distinguido como o programa desportivo recomendado em 2019.-----

-----Em abril:-----

-----Atingiram a 22.^a posição no *ranking* por uma entidade externa, no que tem a ver com o território na área dos negócios, viver e visitar. -----

-----Em maio:-----

-----Conseguiram onze galardões da Bandeira Azul, da Europa.

----- A 22.^a posição no *ranking* municipal português no âmbito de estudo desenvolvido pela ordem dos economistas. -----

-----A revista municipal ficou em 3.^o lugar no *ranking* de marketing e comunicação autárquica. -----

-----Em junho:-----

-----A Comissão Europeia distinguiu o programa de alimentação escolar do município como exemplo de boas práticas na categoria de sistemas saudáveis de alimentação.-----

-----Em outubro: -----

-----Viu assegurada a posição no top 100 de destinos sustentáveis do mundo. -----

-----Teve pela primeira vez o segundo lugar no pódio Eco Escolas, agradecendo a todos os agrupamentos que têm dado o seu contributo para o efeito -----

-----Em novembro: -----

-----Torres Vedras viu reconhecido o “night-run” como boa prática, num congresso internacional. --

-----Viram as praias da Física e Centro de Santa Cruz ter a sua certificação SS. -----

-----Os SMAS viu reconhecido em 36 entidades, gestora com selo de qualidade exemplar para água de consumo humano. -----

-----O projeto “Conhecer para preservar” teve uma menção honrosa no âmbito do prémio Manuel António da Mota.-----

-----Torres Vedras foi reconhecida como um território familiarmente responsável. -----

----- E distinguida num concurso para os melhores municípios, para viver, para o programa de

sustentabilidade escolar. -----
-----Hoje mesmo, em Guimarães Torres Vedras foi distinguida na categoria de participação no índice da presença na internet no âmbito da Agência da Modernização Administrativa da Universidade do Minho e Universidade das Nações Unidas.-----
-----Por último deu nota que ao dia de hoje, tendo como referencia o programa eleitoral do PS, têm 39,13% de ações executadas, 48,92% em execução e 11,95% em fase de preparação para executar, sendo dentro deste âmbito que trabalham diariamente em prol de todos os torrienses.----
-----Concluídas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----
-----A Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 03/09 tomou conhecimento da prestação de contas intercalar da Câmara Municipal de Torres Vedras e dos Relatórios e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - 1.º Semestre 2019.-----

15 - PROPOSTA N.º 32/AM/2019 – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-----

-----Presente informação referente à atividade do município de 7/09 a 14/11 de 2019, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documentos referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores regista € 952.426.74 e o total de disponibilidades € 4.811.151,57 -----
-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes*, referindo-se à intervenção do edil no ponto anterior reafirmou que o PSD não vota contra por votar, mas porque não se revê na política municipal, nomeadamente em algumas posições, obras e calendarização das mesmas porque são prolongadas no tempo, mas que tinham alguma relevância em determinados orçamentos e que nunca avançaram, dando como exemplo o Complexo Desportivo de Arenas.-----
-----Relativamente às escolas, sendo bom terem 5 escolas a avançar, devia ter sido mais cedo e podiam estar mais à frente tendo em conta alguns municípios vizinhos.-----
-----Se forem pela força do voto, então calam-se todos porque não estão a fazer nada no plenário.
-----Também disse que o edil confundiu a atividade da Câmara Municipal com a pujança do concelho que embora conte com apoio da autarquia, é o resultado de investimento dos operadores e do povo torriense.-----
-----De seguida alertou para o estacionamento indevido que ocorre perto da Toitorres solicitando que o edil sensibilize as autoridades para este abuso, para que intervenham.-----
-----Questionou o que se passa com o mercado municipal, para além de ter ouvido que vai para obras e que há bancas a fechar.-----
-----O *presidente de junta da Ponte do Rol, Pedro Vasa*, interveio no sentido de deixar claro que o projeto do centro escolar do Ponte Rol foi feito pela junta de freguesia, o centro de saúde custou €

16.000,00 à autarquia tendo o remanescente sido pago pela junta e o parque verde da Ponte do Rol, que custou €120.000,00, foi executado porque em 22/02/10 o edil perguntou se conseguiam ter o parque pronto até ao dia 25 de abril, tendo a junta garantido que sim se lhes dessem verbas.

-----Referiu-se à Revista Municipal para questionar se a sua qualidade contribuiu para o ambiente.

-----Deu nota ainda que o apoio financeiro para a freguesia este ano foi zero, questionando onde está a equidade, já que vão receber € 17.000,00, mas é referente ao ano transato.-----

-----A propósito do estudo dos SMAS, a *deputada municipal Rita Sammer*, questionou a razão de a câmara ter gasto €54.000,00 num outro estudo cujo relatório já deve ter sido recebido para aquisição de serviços para elaboração da constituição de uma empresa municipal.-----

-----Muito estranha, sem que esta matéria alguma vez tenha sido levada ao conhecimento do executivo ou da assembleia municipal como se gasta este dinheiro para a constituição de uma empresa municipal quando agora de repente vem dizer que a sua visão é no sentido de integrar a recolha de resíduos sólidos urbanos nos SMAS.-----

-----Questionou também em que rubrica consta a despesa já gasta com a aquisição do Edifício Fonte Nova, uma vez que nos documentos previsionais aparece uma despesa paga.-----

-----No uso da palavra, o *Presidente da Câmara* respondeu ao autarca da Ponte do Rol que procuraram encontrar compromissos dentro do diálogo que foram tendo, tendo a Ponte do Rol escolhido outro caminho, mas continuam a cooperar, dentro da disponibilidade financeira do município, em benefício de todos os ponterrolenses.-----

-----Relativamente à intervenção da deputada municipal Rita Sammer defendeu que o executivo para decidir tem que ter suporte, tendo em conta que estão a tratar de questões estratégicas da atividade municipal e, quando o assunto estiver devidamente analisado será presente aos órgãos da autarquia, sempre no sentido de poderem prestar serviços de qualidade e de excelência.-----

-----Quanto à rubrica solicitou que fizesse a questão por escrito.-----

-----Abordando o assunto do Mercado Municipal, referiu que em 2020 faz dez anos que está em funcionamento e está na hora de ser remodelado.-----

-----Para esse efeito, o Conselho de Administração da Promotorres já apresentou vários cenários que tiveram o aval do executivo e que consistem num conjunto de intervenções para revitalizar este equipamento que será feita por fases, a através das quais pensa que até ao final de 2021 terão um Mercado Municipal renovado e que possa ser a ancora do projeto Torres ao Centro.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

15.1- INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

15.1.1 - PROPOSTA N.º 33/AM/2019 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 9/11/2018):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal:-----

-----Ofício número 7531 de 13/11/2019:-----

-----1 – Processo CT/527/2019 – Requerimento n.º 7498/2019 – Lifetagus, Sociedade de Construções, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua de São José em Ponte do Rol, freguesia da Ponte do Rol, com a área de 1,65m², a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o artigo 609, da freguesia da Ponte do Rol, e participado na respetiva matriz predial, sob o n.º 923 da referida freguesia, destinados ao alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 8.25, valor este arredondado nos termos do CIMI, para € 10,00. -----

-----2 – Processo CT 609/2019 – Requerimento n.º 8162/2019 – Luís Basílio Santos Costa – parcela de terreno com a área de 23,70m², situada na Rua 25 de Abril, Silveira, freguesia de Silveira, descrita na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 5898 e participado na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 9376-P, ambos da freguesia da Silveira, destinados ao benefício da Rua 25 de Abril em Silveira, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 118.50, valor este arredondado nos termos do CIMI para € 120,00.-----

-----3 – Processo OP 8/2015 – Requerimento n.º OP 7712/2019 – Rúben Jorge Rodrigues – parcela de terreno com a área de 220,00m², situada nas Palhagueiras, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, descrita na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 9060, da Freguesia de A-dos-Cunhados e participado na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 6537-P, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, para requalificação de caminho, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.100.00. -----

-----4 – Processo de obras ED 155/2019 – Requerimento n.º ED 4882/2019 – Mário Jorge Lopes Martins, parcela de terreno com a área de 21,85m², situada no Bairro da Coimeira, União de Freguesias de A-Dos-Cunhados e Maceira, descrita na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 7747, da freguesia de A-dos-Cunhados e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 6137, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 109.25, valor este arredondado nos termos do CIMI, para € 110,00.-----

-----5 – Processo de obras OP 83/2017 – Requerimento n.º OP 2466/2018 – João Pedro das Neves dos Santos, parcela de terreno com a área de 107,90m², situada na Rua Nova da Granja – São Pedro da Cadeira, Freguesia de São Pedro da Cadeira, descrita na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4252, da freguesia de São Pedro da Cadeira e inscrito na matriz sob o n.º 3 secção CC, da referida freguesia, para requalificação de arruamento, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 539.50, valor este arredondado nos

termos do CIMI, para € 540,00. -----

-----6 - Processo de obras ED/309/2019 – Requerimento ED/7015/2019 – Improvisobra, Lda. – parcela de terreno com a área de 78,00 m², situada na Rua da Fonte, Casal da Serpegueira, Freguesia da Ventosa, a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, com o n.º 2573 e inscrito sob o artigo rústico 33 da secção FF, da Freguesia da Ventosa, para requalificação da via pública, à qual à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 390,00. -----

-----7 - Processo de obras ED/168/2019 – Requerimento ED/5134/2019 – Vasco Gomes Namora e Outro, parcela de terreno com a área de 1.250,00m², situada na Rua das Quebradas – Carreiras de Baixo – Freguesia da Ventosa, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 5304 da Freguesia da Ventosa e inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 5307 da referida freguesia, para requalificação da via pública, à qual, para atribuição do valor foi considerado o custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 6.250,00. -----

-----Ofício número 7377 de 31 de outubro: -----

-----1 – Processo CT/545/2019 – Requerimento n.º 7690/2019 – Herança de Joaquim de Jesus Miguel - parcela, situada na Rua do Rosal, no Casal da Ereira, da União das Freguesias de Maxial Monte Redondo, com a área de 393,70m², a retirar da parte rústica do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o artigo 24, da Secção “NN”, da União das Freguesias de Maxial Monte Redondo, e participado na respetiva matriz predial, sob o n.º 686 da Freguesia do Maxial, destinada ao benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.968,50, valor este arredondado nos termos do CIMI, para € 1.970,00. -----

-----2 – Processo ED/188/2019 – Requerimento n.º 5347/2019 – Nuno Filipe de Jesus Miranda – parcela de terreno, situada na Rua da Coletividade, em Escravilheira, São Pedro da Cadeira, Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 25,00m², a retirar do prédio rústico, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras sob o n.º 5, da mesma freguesia, e inscrito na matriz sob o artigo 67, da secção “U”, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, destinados à requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 130,00. -----

-----3 - Processo ED 175/2019 – Requerimento ED 5230/2019 – Esboço Flutuante – Unipessoal, Lda., parcela de terreno, situada na Rua do Paraíso, n.º 10 na Gondruzeira, freguesia de Ponte do Rol, com a área de 27,90m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1617, da freguesia da Ponte do Rol e inscrito na matriz sob o artigo 459, da mesma Freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 139,50, arredondado nos termos do CIMI para € 140,00. -----

-----4 - Processo ED 137/2019 – Requerimento ED 4608/2019 – Elizabete Bernardes Rodrigues Jacinto e Outro, parcela de terreno, situada na Rua Santa Cristina, n.º 20, na localidade de Montengrão, Freguesia da Ventosa, com a área de 19,00m², a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2068, da Freguesia da Ventosa e inscrito na matriz sob o artigo 3654, da mesma freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 95,00. -----

-----5 - Processo de obras ED/105/2019 – Requerimento ED/4148/2019 – Dário Miguel Ferreira Santos, parcela de terreno, situada na Rua da Charneca, São Pedro da Cadeira – Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 60 m² que serão retirados do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 1690 e inscrito na matriz sob o art.º 39.º da secção W da Freguesia de S. Pedro da Cadeira, à qual, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 300,00. -----

-----6 - Processo de obras OP 82/2019 – Requerimento n.º OP 2678/2019 – António Paulo Feliciano, parcela de terreno, situada na Rua Principal de Gentias – Gentias – Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 400,00m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 392, da freguesia de São Pedro da Cadeira e inscrito na matriz rústica sob o n.º 36, Secção A, da mesma Freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.000,00. -----

-----Ofício número 6956 de 18 de outubro: -----

-----1 - Processo ED/225/19 – Requerimento n.º ED/5909/2019 – Luís Manuel Mateus Ventura – parcela de terreno com a área de 76,50 m², a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 36, da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 566, à qual, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 382,50, arredondado nos termos do CIMI para € 390,00. -----

-----2 - Processo OP/76/14 – Requerimento OP/7204/2019 – Lucas Fiúza dos Santos – parcela de terreno com a área de 215 m², a retirar do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 3282 e inscrito sob os artigos rústicos 3.º e 4.º da secção B e urbano n.º 383, da Freguesia da Freiria, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.075,00 arredondado nos termos do CIMI para € 1.080,00. -----

-----3 - Processo ED 50/2019 – Requerimento n.º 3332/2019 – Bruno Miguel da Silva Maria – parcela de terreno com a área 129,91m², a retirar dos prédios rústicos, descritos na Conservatória do Registo Predial sob os n.ºs 1006 e 1367, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões e inscrito na matriz sob os artigos 62 e 94, da Freguesia de Carmões (extinta), para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 649,55,

arredondado nos termos do CIMI para € 650,00.-----

-----4 – Processo OP/196/2018 – Requerimento n.º OP 6253/2019 – Francisco Bento dos Santos – parcela de terreno, situada na Avenida 10 de Junho – Arneiros, Freguesia de Ventosa, com a área de 45,30m², a retirar do prédio urbano descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, com o n.º 4001, da referida freguesia e participado na respetiva matriz predial sob o n.º 4691 da mesma freguesia, destinada a requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 226,50, arredondado nos do CIMI, para € 270,00.-----

-----5 – Processo CT/566/2019 – Requerimento n.º CT/7783/2019 – Edviges Alves Gigante – parcela de terreno, situada em Bemposta, Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 160,00m², a retirar do prédio rústico descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, com o n.º 2360, da referida freguesia e participado na respetiva matriz predial sob o n.º 69, secção H, da mesma freguesia, destinados a domínio público, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 800,00 ----- .

-----6 – Processo ED 116/2019 – requerimento n.º ED 4345/2019 – Marco Paulo Rodrigues Nunes e Outra – parcela de terreno com a área de 61,00m² que serão retirados do prédio urbano descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 3721, da freguesia do Ramalhal, e inscrito na matriz urbana sob o art.º 3536, da referida freguesia, destinados à requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 305,00, arredondado nos termos do CIMI para € 310,00.-----

-----Ofício número 6353 de 4 de outubro:-----

-----1 – Processo CT/469/2019 – Requerimento n.º 6980/2019 – José Joaquim Martins Antunes - parcela, situada na Rua 25 de Abril, n.º 6 - Varatojo, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 11,20m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, com o n.º 1226, da Freguesia Torres Vedras (S. Pedro e Santiago) (extinta) e participado na respetiva matriz predial sob o n.º 2023 da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, destinada ao alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 56,00, arredondado nos termos do CIMI para € 60,00. -----

-----2 – Processo D4/8/2019 – Requerimento n.º 955/2019 – Maria da Graça Ferreira Henriques – parcela de terreno, situada em Monte Rio, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 760,00m², a retirar da parte rústica do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras sob o n.º 4030, da freguesia de Torres Vedras (São Pedro e Santiago) (extinta), e inscrito na matriz sob o artigo 96 da secção Z, artigo 5636; artigo 5637 e artigo 7993 todas da freguesia de Santa Maria São Pedro e Matacães, destinados a via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 3.800,00. -----

-----Ofício número 5948 de 20 de setembro:-----

-----1 – Processo CT/424/2019 – Requerimento n.º 6452/2019 – Ana Maria Cardoso Fonseca Marques - parcelas de terreno, situada nas Ruas da Pontinha e do Moinho, na localidade de A-dos-Cunhados, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 3.800, da Freguesia de A-dos-Cunhados, (extinta), e participado na respetiva matriz predial, sob o artigo 9, da Secção “CC” da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, parcela essa com a área total de 417,00m², destinados a benefício da via pública, distribuídos pelos seguintes arruamentos: Rua da Pontinha – 362,00m² e Rua do Moinho – 55,00m², á qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.085,00, arredondado nos termos do CIMI para € 2.090,00. ----

-----2 – Processo OP/339/2007 – Requerimento n.º 2310/2019 – Maria Fernanda da Purificação Pereira Mota - parcela de terreno, situada na Travessa José Bento, em Matacães, Freguesia de Matacães (extinta), com a área de 53,62m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, com o n.º 1114, da Freguesia de Matacães e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 117 da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, destinada ao alargamento do arruamento público, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 268,10, arredondado nos termos do CIMI para € 269,00. -----

-----3 – Processo CT/45/2019 – Requerimento n.º 6778/2019 – Elizabete Bernardes Rodrigues Jacinto e Outro - parcela de terreno, situada na Rua principal, n.º 19, na localidade de Caixeiros, Freguesia de Silveira, com a área de 15,60m², a retirar do prédio urbano, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, com o n.º 3157, da Freguesia de Silveira, e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 5133, da mesma freguesia, destinada ao benefício da via pública, designadamente, para o passeio da Estrada Principal, em Caixeiros, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 78,00. -----

-----4 – Processo CT/447/2019 – Requerimento n.º 6695/2019 – Maria Manuela Dias Carrapato Marques - parcela de terreno, situada em Casal da Boavista, Freguesia de São Pedro e Santiago (extinta), com a área de 163,00m², a retirar da parte rústica do prédio misto, descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, com o n.º 1953, da Freguesia de Torres Vedras (São Pedro e Santiago), e inscrito na respetiva matriz predial sob os artigos 22, da secção “S” e 2558, da Freguesia São Pedro e Santiago, Santa Maria e São Miguel, e Matacães, destinada ao alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², perfazendo um total de € 820,00. -----

-----5 - Processo de obras ED 45/2019 – Requerimento n.º ED 3214/2019 – José Fortunato da Fonseca Marques - parcela de terreno, situada na Travessa do Moinho, n.º 2 – Maceira – União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 13,00m² que serão retirados do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 559, da freguesia de A-dos-Cunhados, e inscrito na matriz urbana sob o art.º 1539, da União de freguesias de A-dos-

Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 65,00.

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

15.1.2 - PROPOSTA N.º 34/AM/2019 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2018):-----

-----Na sequência da autorização genérica para atribuição de apoios a freguesias, concedida pela assembleia municipal em reunião de 30/11/2018, realizada no âmbito da sessão ordinária iniciada em 12/11/2018, presentes ofícios para conhecimento da deliberação do Executivo: -----

-----Ofício número 7530 de 13/11 - reunião do Executivo de 12/11/2019:-----

-----União de Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira - € 2.100,00, apoio no âmbito da Festa Final da AEC de atividade Física e Desportiva;-----

-----União das Freguesias do Maxial e Monte Redondo - € 1.354,00 - Projeto “Domicílios”;-----

-----Freguesia de Freiria - € 12.500,00 - Grande reparação do trator.”-----

-----Ofício número 5947 de 20/09 – reunião de 29/11/2019:-----

-----União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira:-----

-----€ 10.000,00 - Construção de muralha no cemitério de A-dos-Cunhados;-----

-----Freguesia de São Pedro da Cadeira:-----

-----€ 40.000,00 - Obras no cemitério:-----

-----€ 300.000,00 - Construção do parque verde de S. Pedro da Cadeira - montante a transferir por tranches mensais de € 30.000,00, com início em outubro próximo.-----

Freguesia da Freiria:-----

-----€ 5.000,00 - Obras no edifício da Junta.-----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 24:30 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
